RÉPUBLIQUE
FRANÇAISE
Liberté
Égalité
Fraternité

INPI
FRANCE

L'INPI a détecté des données personnelles dans ce document.
Un masquage de ces données a été réalisé

PROJECTO COMUM DE FUSÃO

Entre

A. Bridel, Unipessoal Lda.
Sociedade comercial de direito português, com o NIPC 513373721,
matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número,
com o capital social de € 1.657.304,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quatro euros) e
sede na [redacted]

(**Sociedade Incorporante**)

E

ABHExt
Sociedade comercial de direito francês, registada na Registo Comercial e das Sociedades de Paris com o número 820 003 002,
com o capital social de € 1.700.500 e
sede em [redacted]

(**Sociedade Incorporada**)

A Sociedade Incorporante e a Sociedade Incorporada são igualmente doravante designadas, individualmente, por "**Parte**" e, conjuntamente, por "**Partes**".

29 de setembro de 2026

TRAITE DE FUSION

Entre

A. Bridel, Unipessoal Lda.
Société commerciale de droit portugais, immatriculée sous le NIPC 513373721,
immatriculée au Registre du commerce de Lisbonne sous le même numéro,
ayant un capital social de 1.657.304 € (un million six cent cinquante-sept mille trois cent quatre euros) et
ayant son siège social Rua Luciano Cordeiro, n° 77 – 6e étage, 1150-213 Lisbonne (Portugal)

(**Société Absorbante**)

Et

ABHExt
Société par actions simplifiée de droit français, immatriculée au registre du commerce et des sociétés de Paris sous le numéro 820 003 002
au capital de 1 700 500 euros
Siège social : 1 rue Volney 75002 Paris (France)

(**Société Absorbée**)

La Société Absorbante et la Société Absorbée étant également parfois dénommées ci-après individuellement une « **Partie** » et collectivement les « **Parties** ».

29 septembre 2026

Índice

Introdução – Regime jurídico da operação

1. Identificação das sociedades intervenientes

2. Modalidade, motivos, condições e objectivos da fusão

3. Participação de capital

4. Contas de referência das sociedades intervenientes e datas do encerramento das contas

5. Ausência de emissão de novas participações sociais — Inexistência de uma relação de troca – participações sociais / acções / quantias em dinheiro a atribuir aos sócios da sociedade incorporada

6. Regras para a transferência das acções/quotas representativos do capital social

7. Alterações ao contrato da sociedade incorporante

8. Medidas de proteção dos direitos de terceiros não sócios a participar nos lucros da sociedade incorporada

9. Proteção dos credores

10. Direitos, contrapartidas ou vantagens especiais aos sócios - Ausência de oferta de aquisição em numerário

11. Vantagens especiais a peritos e membros dos órgãos sociais

12. Data de efeitos contabilísticos e fiscais

13. Avaliação do ativo e do passivo transferidos

14. Informações relativas à avaliação dos ativos transferidos e dos passivos assumidos

15. Declarações fiscais

16. Consulta de documentos

17. Anexos

18. Anexos

Table des matières **p.**

Introduction-Régime juridique de l'opération 3

1. Identification des sociétés intervenant à l'opération 4

2. Modalités, motifs, buts et conditions de la fusion 6

3. Participation au capital 7

4. Comptes de référence des sociétés participantes et dates de clôture 8

5. Absence d'émission de nouveaux titres – Absence de rapport d'échange - Parts sociales / actions sommes en numéraire à attribuer aux associés de la Société Absorbée 9

6. Règles relatives au transfert des actions/parts sociales représentatives du capital social 9

7. Modifications des statuts de la Société Absorbante 9

8. Mesures de protection des droits des tiers non associés à participer aux bénéfices de la Société absorbée 10

9. Protection des créanciers 10

10. Droits, contreparties ou avantages spéciaux aux associés – Absence d'offre de rachat en numéraire 11

11. Avantages spéciaux aux experts et membres des organes sociaux 11

12. Date d'effet comptable et fiscal 11

13. Évaluation de l'actif et du passif transférés 12

14. Informations concernant l'évaluation des actifs transférés et des passifs pris en charge 12

15. Déclarations fiscales 14

16. Consultation des documents 19

17. Informations complémentaires pertinentes 19

18.Annexes 22

Introdução – Regime jurídico da operação

A operação projetada constitui uma fusão transfronteiriça em conformidade com as disposições da Diretiva (UE) n.º 2019/2121, de 27 de novembro de 2019, que altera a Diretiva (UE) n.º 2017/1132 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017, relativa a determinados aspetos do direito das sociedades, transposta para o direito português, na parte respeitante às transformações, fusões e cisões transfronteiriças, pelo Decreto-lei n.º 114-D/2023, de 05 de Dezembro, que alterou (entre outros) os 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º-A, 117.º-A, 117.º-B, 117.º-C, 117.º-D, 117.º-F, 117.º-G e 117.º-I do Código das Sociedades Comerciais português**,** e para o direito francês pelos artigos L. 236-31 a L. 236-53 e R. 236-31 a R. 236-40 do Código de Comércio francês.
Em conformidade com os artigos L. 236-36, R. 236-24 II e R. 236-24 III do Código de Comércio francês e com os números 2, 1.ª parte, 9, 10 e 11 do artigo 117.º-C do Código das Sociedades Comerciais português, a operação não deu lugar à elaboração de relatórios dos órgãos de gestão/administração da Sociedade Incorporada e da Sociedade Incorporante (detida a 100% pela Sociedade Incorporada) destinado ao sócio único da Sociedade Incorporada ou à atenção de trabalhadores, na medida em que nem a Sociedade Incorporada nem a Sociedade Incorporante empregam trabalhadores.
O sócio único da Sociedade Incorporada e a sócia única da Sociedade Incorporante dispensaram a nomeação de um perito independente interveniente na fusão/revisor oficial de contas para exame do projecto comum de fusão ou da fusão.
Do ponto de vista contabilístico, a fusão está sujeita ao Método da Comunhão de Interesses (ou da continuidade de valores), de acordo com os princípios resultantes da Norma Internacional de Contabilidade 8 (IAS 8) conforme adotado no Regulamento (UE) 2023/1803 da Comissão, de 13 de agosto de 2023, que consolida as normas internacionais de contabilidade na União Europeia, nos termos previstos no artigo 13 abaixo.

Do ponto de vista fiscal, a operação é realizada ao abrigo do regime previsto no artigo 15 abaixo.

Introduction-Régime juridique de l'opération

L'opération projetée est une fusion transfrontalière conformément aux dispositions de la directive (UE) n°2019/2121 du 27 novembre 2019 modifiant la directive n°2017/1132/UE du Parlement Européen et du Conseil du 14 juin 2017 relative à certains aspects du droit des sociétés, transposée en droit portugais, dans la partie concernant les transformations, fusions et scissions transfrontalières, par le décret-loi n° 114-D/2023 du 5 décembre, qui a modifié (entre autres) les articles 97, 98, 99, 100, 101-A, 117-A, 117-B, 117-C, 117-D, 117-F, 117-G et 117-I du Code des Sociétés Commerciales portugais, et en droit français aux articles L. 236-31 à L. 236-53 et R. 236-31 à R. 236-40 du Code de commerce.

Conformément aux articles L. 236-36, R. 236-24 II et R.236-24 III du Code de commerce français et aux numéros 2, 1ère partie, 9, 10 et 11 de l'article 117-C du Code des sociétés commerciales portugais, l'opération n'a pas donné lieu à l'établissement d'un rapport des dirigeants de la Société Absorbée et de la Société Absorbante (détenue à 100 % par la Société Absorbée) au profit de l'associé unique de la Société Absorbée, ni à l'attention de salariés dans la mesure où ni la Société Absorbée ni la Société Absorbante n'emploient de personnel.

L'associé unique de la Société Absorbée et l'associé unique de la Société Absorbante ont renoncé à la nomination d'un commissaire à la fusion/ auditeur officiel pour l'examen du traité de fusion.

Au plan comptable la fusion est soumise à la méthode de mise en commun des intérêts (ou de continuité des valeurs), conformément aux principes résultant de la norme comptable internationale 8 (IAS 8) telle qu'adoptée par le règlement (UE) 2023/1803 de la Commission du 13 août 2023, qui consolide les normes comptables internationales dans l'Union européenne, comme indiqué à l'article 13 ci-dessous.

Au plan fiscal, l'opération est placée sous le régime de l'article 15 ci-dessous.

1. Identificação das sociedades intervenientes

O presente projecto de fusão transfronteiriça (o «Projecto de Fusão») foi celebrado em 29 de setembro de 2026.

Entre:

1.1. Sociedade Incorporante

A.Bridel, Unipessoal Lda., sociedade comercial de direito português unipessoal por quotas

- Com sede na Rua Luciano Cordeiro, n.º 77 – 6.º, 1150-213 Lisboa
- Com o capital social de € 1.657.304,00, representado por uma quota de capital com o valor nominal de € 1.657.304,00, exclusivamente titulada pela sociedade comercial incorporada ABHExt
- Com o número de identificação de pessoa colectiva NIPC 513 373 721, matriculada no registo comercial Lisboa sob o mesmo número
- Órgão de administração: gerência, sendo o actual gerente Antoine Henry Bridel, com o NIF 284 564 745
- Forma de obrigar: com a intervenção do gerente
- Órgão de fiscalização: não tem

A Sociedade Incorporante não se encontra em liquidação nem iniciou a fase de distribuição do seu ativo.

1.2. Sociedade Incorporada

ABHEXT, sociedade comercial de direito francês por ações simplificada

- Com sede em [redacted] Paris
- Com o capital social de € 1.700.500, representado por 170050 acções com o valor nominal de € 10, todas detidas por Antoine Bridel
- Registada na RCS de Paris (Registo Comercial e das Sociedades de Paris) com o número 820 003 002.
- Com o NIPC português 980 833 108

1. Identification des sociétés intervenant à l'opération

Le présent traité de fusion transfrontalière (le « **Traité de Fusion** » a été conclu le 29 septembre 2026.

Entre

1.1 Société Absorbante

A. Bridel, Unipessoal Lda., société commerciale de droit portugais unipersonnelle à parts sociales,

- siège social est situé [redacted] ;
- capital social s'élève à 1.657.304 €, représenté par une seule part sociale d'une valeur nominale de 1.657.304€, détenue intégralement par ABHExt la Société Absorbée ;
- titulaire du numéro d'identification de personne morale NIPC n° 513 373 721, immatriculée au Registre du commerce de Lisbonne sous le même numéro ;
- organe d'administration : gérance, le gérant actuel étant Monsieur Antoine Henry Bridel, titulaire du NIF 284 564 745 ;
- organisation d'administration : par l'intervention du gérant;
- organe de contrôle: aucun.

La Société Absorbante n'est pas en liquidation ni n'a entamé la phase de répartition de ses actifs.

1.2 Société Absorbée

ABHExt, société par actions simplifiée de droit français,

- siège social est situé [redacted]
- capital social de 1.700.500 €, divisé en 170.050 actions d'une valeur nominale de 10 € chacune, toutes détenues par Antoine Bridel
- immatriculée au RCS de Paris (Registre du commerce et des sociétés de Paris) sous le numéro 820 003 002
- titulaire du NIPC portugais 980 833 108
- organe d'administration/direction : présidence, le président actuel étant Antoine Henry Bridel, titulaire du NIF 284 564 745

- Órgão de administração/gestão: presidência, sendo o actual presidente Antoine Henry Bridel, com o NIF 284 564 745
- Forma de obrigar: com a intervenção do gerente
- Órgão de Fiscalização: não tem

A Sociedade Incorporada não se encontra em liquidação nem iniciou a fase de distribuição do seu ativo.

Pretendem proceder à sua fusão por incorporação da Sociedade Incorporada ABHEXT na Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda., tendo as suas administrações elaborado o presente projecto comum de fusão conjuntamente.

1.3 Actual participação de capital entre as Sociedades Participantes

A Sociedade Incorporada ABHEXT detém a totalidade do capital social da Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda..

A Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda não detém qualquer participação social no capital social da Sociedade Incorporada ABHExt.

A Sociedade Incorporada ABHEXT é detida a 100% por Antoine Henry Bridel, que é assim o único beneficiário efectivo das duas sociedades intervenientes.

1.4 Tipo, firma, sede, órgãos sociais e capital social da Sociedade Incorporante após fusão

A Sociedade Incorporante manterá o seu tipo de sociedade comercial unipessoal por quotas, a sua firma A. Bridel, Unipessoal, Lda. e a sua sede social na [redacted]

Relativamente aos seus órgãos sociais, a Sociedade Incorporante manter-se-á sem órgão de fiscalização, uma vez que tal órgão não é exigido pela legislação portuguesa no que concerne às sociedades por quotas, e o seu órgão de administração manter-se-á a gerência, permanecendo a forma de obrigar a sociedade a mesma.

O capital social da Sociedade Incorporante manter-se-á inalterado.

- mode d'engagement : par l'intervention du président
- organe de contrôle : aucun

La Société Absorbante n'est pas en liquidation ni n'a entamé la phase de répartition de ses actifs.

Les sociétés entendent procéder à leur fusion par absorption de la Société Absorbée ABHEXT par la Société Absorbante A. Bridel, Unipessoal Lda., leurs organes d'administration ayant élaboré conjointement le présent Traité de Fusion commun.

1.3 Situation capitalistique actuelle

La Société Absorbée ABHExt détient 100 % du capital social de la Société Absorbante A. Bridel, Unipessoal Lda.

La Société Absorbante, A. Bridel, Unipessoal Lda. ne détient aucune participation dans la Société Absorbée ABHExt.

La Société Absorbée ABHExt est elle-même détenue à 100 % par Monsieur Antoine Henry Bridel, qui est ainsi l'unique bénéficiaire effectif des deux sociétés.

1.4 Forme, dénomination, siège, organes sociaux et capital social de la Société Absorbante après la fusion

La Société Absorbante conservera sa forme de société commerciale unipersonnelle à parts sociales, sa dénomination A. Bridel, Unipessoal Lda. et son siège social Rua Luciano Cordeiro, nº 77 – 6.º, à Lisbonne.

S'agissant de ses organes sociaux, la Société Absorbante demeurera dépourvue d'organe de contrôle, un tel organe n'étant pas exigé par la législation portugaise concernant les sociétés à parts sociales, et son organe d'administration restera la gérance, le mode d'engagement demeurant inchangé.

Le capital social de la Société Absorbante restera inchangé.

2. Modalidade, motivos, condições e objectivos da fusão

2.1. Modalidade

Na medida em que o sócio único da Sociedade Incorporada detém indirectamente a totalidade da Sociedade Incorporante porquanto a Sociedade Incorporada detém directamente a totalidade da Sociedade Incorporante, a operação de fusão será realizada por incorporação, mediante a transferência global do património (activo e passivo) e demais posições jurídicas da Sociedade Incorporada ABHEXT para a Sociedade Incorporante A.Bridel, Unipessoal Lda., com dissolução sem liquidação da Sociedade Incorporada, sem emissão de novas participações sociais por parte da Sociedade Incorporante.

A fusão ficará concluída e produzirá plenos efeitos jurídicos com o registo comercial definitivo da fusão na Conservatória do Registo Comercial português ("**Data da Efectivação**"), momento a partir do qual se extinguirá a Sociedade Incorporada, transmitindo-se a universalidade dos respectivos direitos e obrigações para a Sociedade Incorporante, e o único sócio da Sociedade Incorporada se tornará o único sócio da Sociedade Incorporante

2.2. Motivos e Objectivos da fusão

Simplificação e racionalização da estrutura societária do grupo

A Sociedade Incorporada (holding francesa) foi criada em 2016 com o único propósito de obter o financiamento necessário ao investimento que o exercício da actividade da Sociedade Incorporante (criada em 2015) requeria, sendo que o financiamento obtido pela Sociedade Incorporada foi já integralmente reembolsado, pelo que a razão económica subjacente à criação da Sociedade Incorporada desapareceu.

A operação visa, assim, suprimir uma interposição societária inútil e regressar a uma estrutura societária mais simples e, consequentemente, reduzir os custos inerentes à existência e funcionamento de uma sociedade, como sejam, os seus custos financeiros, operativos, administrativos e jurídicos, evitando, assim, uma duplicação de custos.

2. Modalités, motifs, buts et conditions de la fusion

2.1 Modalités de la fusion

Dans la mesure où l'associé unique de la Société Absorbée détient indirectement la totalité de la Société Absorbante, la Société Absorbée détenant directement la totalité de la Société Absorbante, l'opération de fusion sera réalisée par voie d'absorption, par la transmission universelle du patrimoine (actif et passif) ainsi que de l'ensemble des droits et obligations de la Société Absorbée ABHEXT à la Société Absorbante A. Bridel, Unipessoal Lda., avec dissolution sans liquidation de la Société Absorbée, sans émission de nouvelles parts sociales par la Société Absorbante.

La fusion sera réalisée et produira tous ses effets juridiques à compter de la date d'inscription définitive de la fusion au registre du commerce portugais (« **Date d'Effet** »), à compter de cette date la Société Absorbée sera dissoute sans liquidation, et l'universalité de ses droits et obligations sera transmise à la Société Absorbante, l'associé unique de la Société Absorbée devenant l'unique associé de la Société Absorbante.

2.2 Motifs et buts de la fusion

Simplification et rationalisation de la structure sociétaire du groupe

La Société Absorbée (holding française), a été créée en 2016 dans le seul but d'obtenir le financement nécessaire à l'investissement requis pour l'exercice de l'activité de la Société Absorbante (créée en 2015). Ce financement obtenu par la Société Absorbée ayant déjà été intégralement remboursé, la raison économique ayant justifié la création de la Société Absorbée n'existe plus.

L'opération vise ainsi à supprimer une interposition de sociétés devenue inutile et à revenir à une structure sociétaire plus simple, réduisant ainsi les coûts inhérents à l'existence et au fonctionnement d'une société, tels que ses coûts financiers, opérationnels, administratifs et juridiques, et évitant une duplication des coûts.

Os objetivos são, por isso:

- Simplificar e racionalizar a estrutura societária, suprimindo uma sociedade que se tornou redundante.
- Reduzir custos financeiros, operacionais, administrativos e jurídicos inerentes à existência e ao funcionamento da ABHExt.
- Concentrar a detenção e os meios de gestão no ordenamento jurídico onde a atividade é efetivamente exercida (Portugal).
- Garantir uma gestão mais eficaz, concentrando os meios de gestão e a detenção no ordenamento jurídico onde é efectivamente exercida e se situa a atividade (Portugal).

2.3. Condições

A operação de fusão não está sujeita a condições ou termos, sejam eles suspensivos, resolutivos ou outros, para além dos que eventualmente resultem dos regimes jurídicos aplicáveis

3. Participação de capital

Como referido, a Sociedade Incorporada ABHEXT detém 100% do capital social da Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda. e a Sociedade Incorporante não detém qualquer participação no capital social da Sociedade Incorporada.

A Sociedade Incorporante e a Sociedade Incorporada não emitiram quaisquer outros instrumentos financeiros, obrigações ou valores mobiliários a terceiros e, em particular, não emitiram quaisquer outros instrumentos financeiros, obrigações ou valores mobiliários a terceiros que conferissem aos seus titulares direitos especiais dependentes dos lucros realizados, fossem variáveis em função dos lucros pelas mesmas obtidos, fossem convertíveis em ações, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, ou que permitissem subscrever acções ou que apresentassem garantias especiais sobre os seus activos ou receitas.

Não existem direitos de terceiros a participar nos lucros da Sociedade Incorporante ou da Sociedade Incorporada

Les buts sont donc :

- Simplifier et rationaliser la structure de détention, en supprimant une société devenue redondante.
- Réduire les coûts financiers, opérationnels, administratifs et juridiques inhérents à l'existence et au fonctionnement d'ABHExt.
- Concentrer la détention et les moyens de gestion dans l'ordre juridique où est effectivement exercée l'activité (Portugal).
- Assurer une gestion plus efficace en concentrant les moyens de gestion et la détention dans le pays où l'activité est effectivement exercée (Portugal).

2.3 Conditions

L'opération de fusion n'est soumise à aucune condition ni à aucun terme, suspensif, résolutoire ou autre, autre que ceux pouvant éventuellement découler des régimes juridiques applicables.

3. Participation au capital

Comme indiqué, préalablement à la fusion, la Société Absorbée ABHEXT détient 100 % du capital social de la Société Absorbante A. Bridel, Unipessoal Lda, et la Société Absorbante ne détient aucune participation dans le capital social de la Société Absorbée.

La Société Absorbante et la Société Absorbée n'ont émis aucun autre instrument financier, obligation ou valeur mobilière au profit de tiers et, en particulier, aucun instrument financier, obligation ou valeur mobilière conférant à leurs titulaires des droits particuliers liés aux bénéfices réalisés, variables en fonction des bénéfices réalisés par celles-ci, convertibles en actions ordinaires ou de préférence, avec ou sans droit de vote, ou donnant droit à la souscription d'actions, ni comportant des garanties particulières sur leurs actifs ou revenus.

Il n'existe aucun droit de tiers à participer aux bénéfices de la Société Absorbante ou de la Société Absorbée.

4. Contas de referência das sociedades intervenientes e datas do encerramento das contas (R.236-21, 9° do Código do Comércio francês e artigos 98.º, n.º 1, alínea d) e i), e n.º 2 e 117.º-C, n.º 1, al. b) do Código das Sociedade Comerciais português)

As datas das contas das sociedades intervenientes utilizadas para definir as condições da fusão, bem como para identificar os elementos do ativo e do passivo a transferir da Sociedade Incorporada para a Sociedade Incorporante, são, para a Sociedade Incorporante, as situação e contas a 30/06/2026, e para a Sociedade Incorporada, as situação e contas do último exercício, encerradas em 31/03/2026.

Para os devidos efeitos, anexam-se ao presente projecto de fusão os seguintes Anexos, que do mesmo fazem parte integrante:

- **Anexo 1** — balanço do último exercício da Sociedade Incorporada ABHEXT, reportado a 31/03/2026,
- **Anexo 2** — balanço da Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda., reportado a 30/06/2026

Cumpre referir que a Sociedade Incorporada não detém quaisquer bens imóveis.

5. Ausência de emissão de novas participações sociais — Inexistência de uma relação de troca – participações sociais / acções / quantias em dinheiro a atribuir aos sócios da sociedade incorporada

Tendo em conta que a Sociedade Incorporada é detentora da totalidade do capital social da Sociedade Incorporante e que não serão emitidas novas participações sociais da Sociedade Incorporante:

- Não há propriamente uma relação de troca de participações sociais. Simplesmente, ao invés das 170.050 ações que o único sócio da Sociedade Incorporada ABHEXT detém nesta sociedade, o mesmo passará a deter a totalidade do capital social da Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda., ou seja, a única quota de capital desta sociedade

- Não haverá quaisquer quantias em dinheiro a pagar ao sócio da Sociedade Incorporada, nem à sócia da Sociedade Incorporante,

4. Comptes de référence des sociétés participantes et dates de clôture (R.236-21, 9° du Code de Commerce français et article 98, nº 1, alinéa d) et i) et nº 2, et 117-C, nº 1, alinéa b) du Code des sociétés commerciales portugais)

Les comptes des sociétés participantes utilisées pour déterminer les conditions de la fusion, ainsi que d'identifier les éléments d'actif et de passif à transférer de la Société Absorbée à la Société Absorbante, sont pour la Société Absorbée ceux arrêtés à la dernière clôture de l'exercice social soit le 31 mars2026, et pour la Société Absorbante, la situation et les comptes, au 30 juin 2026.

Pour les besoins des présentes, sont annexées au présent projet de fusion les Annexes suivantes, qui en font partie intégrante :

- **Annexe 1** — bilan du dernier exercice de la Société Absorbée ABHEXT, arrêté au 31/03/2026 ;
- **Annexe 2** — bilan de la Société Absorbante A. Bridel, Unipessoal Lda., arrêté au 30/06/2026 ;

Il est précisé que la Société Absorbée ne détient aucun bien immobilier.

5. Absence d'émission de nouveaux titres – Absence de rapport d'échange - Parts sociales / actions sommes en numéraire à attribuer aux associés de la Société Absorbée

Compte tenu du fait que la Société Absorbée détient la totalité du capital social de la Société Absorbante et qu'aucune nouvelle part sociale de la Société Absorbante ne sera émise :

- Il n'existe pas à proprement parler de rapport d'échange des titres. En effet, au lieu des 170.050 actions que l'associé unique de la Société Absorbée ABHEXT détient dans cette dernière, celui-ci détiendra désormais la totalité du capital social de la Société Absorbante A. Bridel, Unipessoal Lda., soit l'unique part sociale représentant la totalité du capital social de cette société.

- Aucune somme en numéraire ne sera versée à l'associé de la Société Absorbée ni à l'associé de la Société Absorbante ; aucune nouvelle

não haverá transmissão de novas participações sociais, representativas do capital social da Sociedade Incorporante, nem participação nos lucros nelas, e não haverá compensações em dinheiro.

- Critérios de avaliação: o único critério de avaliação foi o balanço da Sociedade Incorporada e o balanço e situação da Sociedade Incorporante no âmbito da transmissão global do património da Sociedade Incorporada para a Sociedade Incorporante

6. Regras para a transferência das acções/quotas representativos do capital social

Sendo a Sociedade Incorporada a única sócia da Sociedade Incorporante e a Sociedade Incorporada detida a 100% por um único sócio Antoine Bridel e a operação de fusão realizada por incorporação, mediante a transferência global do património da Sociedade Incorporada ABHEXT para a Sociedade Incorporante "A.Bridel, Unipessoal Lda.", com dissolução sem liquidação da Sociedade Incorporada e sem emissão de novas quotas pela Sociedade Incorporante, a qual entregará a quota única representativa do respetivo capital social ao seu novo sócio único, Antoine Bridel (isto é, o atual sócio único da Sociedade Incorporada), sem qualquer contrapartida ou compensação financeira (pagamentos).

Assim, em virtude da operação de fusão, o único sócio da Sociedade Incorporada passará a deter directamente 100% do capital social da Sociedade Incorporante na mesma proporção que já detinha naquela, mantendo-se o capital social da Sociedade Incorporante inalterado.

7. Alterações ao contrato da sociedade incorporante

Não haverá alteração substantiva aos estatutos da Sociedade Incorporante, salvo o necessário para refletir o facto do novo sócio único da Sociedade Incorporante passar a ser o actual sócio único da Sociedade Incorporada, sendo que, como referido, a Sociedade Incorporante manter-se-á sem órgão de fiscalização e manterá a mesma firma, sede e capital social.

participation sociale représentative du capital social de l [redacted] Absorbante ne sera émise, aucune participation aux bénéfices n'y sera attachée et aucune compensation en numéraire ne sera accordée.

Critères d'évaluation : le seul critère d'évaluation retenu a été le bilan de la Société Absorbée et le bilan et la situation de la Société Absorbante dans le cadre de la transmission universelle du patrimoine de la Société Absorbée à la Société Absorbante.

6. Règles relatives au transfert des actions/parts sociales représentatives du capital social

La Société Absorbée étant l'associée unique de la Société Absorbante, et la Société Absorbée étant elle-même détenue à 100 % par un associé unique, Antoine Bridel, et l'opération de fusion étant réalisée par voie d'absorption, par le transfert universel du patrimoine de la Société Absorbée ABHEXT à la Société Absorbante « A. Bridel, Unipessoal Lda », avec dissolution sans liquidation de la Société Absorbée et sans émission de nouvelles parts sociales par la Société Absorbante, cette dernière remettant l'unique part sociale représentant son capital social à son nouvel associé unique Antoine Bridel (à savoir l'actuel associé unique de la Société Absorbée). Cette remise interviendra sans aucune contrepartie ni compensation financière (soulte).

Ainsi, à l'issue de l'opération de fusion, l'associé unique de la Société Absorbée détiendra directement 100% du capital social de la Société Absorbante dans la même proportion que celle qu'il détenait précédemment dans la Société Absorbée, le capital social de la Société Absorbante demeurant inchangé.

7. Modifications des statuts de la Société Absorbante

Il n'y aura aucune modification substantielle des statuts de la Société Absorbante, à l'exception de ce qui est nécessaire pour refléter le fait que le nouvel associé unique de la Société Absorbante sera l'actuel associé unique de la Société Absorbée, la Société Absorbante demeurant dépourvue d'organe de contrôle et conservant la même dénomination, le même siège et le même capital social.

Assim, o projecto de alterações consiste apenas em alterar o artigo 3.º do Pacto Social da Sociedade Incorporante, que passará a ter a seguinte redacção:

Artigo 3.º
Capital

O capital social da sociedade, integralmente realizado em numerário e em espécie, é de 1.657.304,00 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao sócio Senhor Antoine Henry Bridel, casado, residente em 11, Rue Vergniaud, 33000, Bordeaux, França, com o NIF 284564745.

8. Medidas de proteção dos direitos de terceiros não sócios a participar nos lucros da sociedade incorporada

Não existem terceiros não sócios com direito a participar nos lucros na Sociedade Incorporada, nem na Sociedade Incorporante, pelo que não é necessário tomar quaisquer medidas de proteção neste âmbito.

9. Proteção dos credores

A fusão projectada não implicará diminuição de direitos de credores da Sociedade Incorporada e/ou da Sociedade Incorporante.

Assim, não estão previstas medidas específicas adicionais de proteção de direitos de credores da Sociedade Incorporada e/ou da Sociedade Incorporante para além das previstas na legislação aplicável a cada uma delas.

Em conformidade com as disposições dos artigos L. 236-15 e R. 236-34 do Código de Comércio francês e dos artigos 98.º, n.º 1, al. h) e 101.º-A do Códigos das Sociedade Comerciais português, os credores da Sociedade Incorporada e da Sociedade Incorporante cujos créditos sejam anteriores à última publicação do Projeto de Fusão podem deduzir oposição no prazo de três meses a contar da última publicação do presente Projeto de Fusão.

Em qualquer caso, o exercício dos direitos dos credores acima referidos não impedirá a realização da fusão.

Ainsi, le projet de modifications consiste uniquement à modifier l'[redacted] des statuts de la Société Absorbante, qui sera désormais rédigé comme suit :

Article 3
Capital

Le capital social de la société, intégralement libéré en numéraire et en nature , est de 1.657.304euros, représenté par une seule part sociale de même valeur nominale, appartenant à l'associé Monsieur Antoine Henry Bridel, [redacted] domicilié [redacted] titulaire du NIF 284564745.

8. Mesures de protection des droits des tiers non associés à participer aux bénéfices de la Société absorbée

Il n'existe aucun tiers non associé ayant le droit de participer aux bénéfices de la Société Absorbée ni de la Société Absorbante, de sorte qu'aucune mesure particulière de protection n'est nécessaire à cet égard.

9. Protection des créanciers

La fusion projetée n'entraînera pas de diminution des droits des créanciers de la Société Absorbée et/ou de la Société Absorbante.

Ainsi, aucune mesure spécifique supplémentaire de protection des droits des créanciers de la Société Absorbée et/ou de la Société Absorbante n'est prévue au-delà de celles prévues par la législation applicable à chacune d'elles.

Conformément aux dispositions de l'article L. 236-15 et R. 236-34 du code de commerce français et des articles 98, n° 1, alinéa h) et 101-A du Code des sociétés commerciales portugais, les créanciers de la Société Absorbée et de la Société Absorbante dont les créances sont antérieures à la dernière publication du Traité de fusion, peuvent faire opposition dans un délai de trois mois à compter de la dernière publication du présent Traité de fusion.

En tout état de cause, l'exercice des droits des créanciers décrits ci-dessus n'empêchera pas la réalisation de la fusion.

A propósito do direito de oposição, cumpre referir que não existem credores obrigacionistas nem portadores de outros títulos na Sociedade Incorporada e na Sociedade Incorporante.

Il est précisé qu'il n'existe ni créanciers obligataires ni porteurs [redacted]s titres dans la Société Absorbée ni dans la Société Absorbante.

10. Direitos, contrapartidas ou vantagens especiais aos sócios - Ausência de oferta de aquisição em numerário

Não existem direitos, contrapartidas ou vantagens especiais atribuídos a sócios. Em particular, não existem direitos, contrapartidas ou vantagens especiais oferecidas ou a conceder pela Sociedade Incorporante ao sócio único da Sociedade Incorporada, nem direitos assegurados pela Sociedade Incorporante ao sócio único da Sociedade Incorporada.

Em particular, na medida em que a Sociedade Incorporada é detida por um sócio único, não existe qualquer sócio minoritário que possa beneficiar de uma oferta de aquisição prevista nos artigos L. 236-40 e R. 236-21, n.º 13, do Código do Comércio francês e artigos 98.º, n.º 1, al. e) e j) e 117.º-C, n.º 4, al. a) e d) do Código das Sociedades Comerciais português, sendo, por conseguinte, inaplicáveis as respetivas disposições.

10. Droits, contreparties ou avantages spéciaux aux associés – Absence d'offre de rachat en numéraire

Il n'existe aucun droit, contrepartie ou avantage spécial attribué aux associés. En particulier, aucun droit, contrepartie ou avantage spécial n'est offert ni à offrir par la Société Absorbante à l'associé unique de la Société Absorbée, ni aucun droit garanti par la Société Absorbante à l'associé unique de la Société Absorbée.

En particulier, dans la mesure où la Société Absorbée est détenue par un associé unique, il n'existe pas d'associé minoritaire susceptible de bénéficier d'une offre de rachat telle que prévue par les articles L 236-40 et R. 236-21, 13° du Code de commerce français et les articles 98, n° 1, alinéas e) et j) et 117-C, nº 4, alinéas a) et d) du Code des sociétés commerciales portugais, les dispositions correspondantes sont donc inapplicables.

11. Vantagens especiais a peritos e membros dos órgãos sociais

Não foram atribuídas vantagens especiais a peritos que intervenham na fusão, nem aos membros de órgãos sociais da Sociedade Incorporante e da Sociedade Incorporada.

11. Avantages spéciaux aux experts et membres des organes sociaux

Aucun avantage spécial n'est prévu ni n'a été attribué aux experts intervenant dans la fusion, ni aux membres des organes sociaux de la Société Absorbante et de la Société Absorbée.

12. Data de efeitos contabilísticos e fiscais (artigo R. 236-21, 5.º, do Código Comercial francês) (artigo 98.º, n.º 1, al. i) do Código das Sociedades Comerciais português)

Do ponto de vista contabilístico e fiscal, as operações da Sociedade Incorporada serão efetuadas por conta da Sociedade Incorporante a partir da "Data da Efectivação". A fusão não terá efeitos contabilísticos ou fiscais retroativos.

12. Date d'effet comptable et fiscal (R.236-21, 5° du code de commerce français), (article 98, paragraphe 1, point i), du Code des sociétés commerciales portugais)

D'un point de vue comptable et fiscal, les opérations de la Société Absorbée seront réputées accomplies pour le compte de la Société Absorbante à la Date d'Effet. La fusion n'aura pas d'effet rétroactif comptable et fiscal.
À compter de cette date, les résultats, droits et obligations de nature économique générés par la Société Absorbée seront intégrés à la comptabilité de la Société Absorbante.

A partir desta data, os resultados, direitos e obrigações de natureza económica gerados pela Sociedade Incorporada serão integrados na contabilidade da Sociedade Incorporante.

13. Avaliação do ativo e do passivo transferidos

Os ativos e passivos que compõem o património da Sociedade Incorporada, os quais serão transmitidos na sua totalidade e por via de transmissão universal do património à Sociedade Incorporante, serão avaliados para efeitos contabilísticos em conformidade com as disposições estabelecidas nos artigos 98.º, n.º 1, al. d), n.º 2 e n.º 3 do Código das Sociedades Comerciais português e do Sistema de Normalização Contabilística português, atendendo ao Método da Comunhão de Interesses (ou da continuidade de valores), respeitando a Norma Internacional de Contabilidade 8 (IAS 8) nos termos adoptados pelo Regulamento (UE) 2023/1803 da Comissão, de 13 de agosto de 2023, que consolida as normas internacionais de contabilidade na União Europeia.

Assim, e uma vez que se trata de uma reestruturação entre entidades sob controlo comum, todos os ativos e passivos da Sociedade Incorporada serão integrados na Sociedade Incorporante pelos valores contabilísticos líquidos que constavam no balanço da Sociedade Incorporada à "Data da Efectivação" da fusão, sem qualquer revalorização ao justo valor nem geração de novo *goodwill*. As reservas e os resultados transitados da Sociedade Incorporada serão integrados nos capitais próprios da Sociedade Incorporante após a eliminação da participação detida pela Sociedade Incorporada na Sociedade Incorporante, sendo os valores do período homólogo anterior reexpressos de forma retroativa para garantir a comparabilidade das demonstrações financeiras.

14. Informações relativas à avaliação dos ativos transferidos e dos passivos assumidos

Todos os ativos e passivos da Sociedade Incorporada serão automaticamente transferidos para a Sociedade Incorporante pelo seu valor contabilístico líquido tal como existentes à "Data da Efectivação".

A título indicativo, em 31 de março de 2026, os ativos e passivos da Sociedade Incorporada estavam discriminados da seguinte forma (de salientar que esta descrição não é exaustiva, dado que a fusão resultará

13. Évaluation de l'actif et du passif transférés (R.236-21, 8°)

Les actifs et les passifs composant le patrimoine de la Société Absorbée qui seront transmis dans leur totalité et par voie de transmission universelle de patrimoine à la Société Absorbante, seront évalués à des fins comptables conformément aux dispositions établies par les articles 98, n° 1, alinéa d), n° 2 et n° 3 du Code des sociétés commerciales portugais et du Système de normalisation comptable portugais, conformément à la méthode de la mise en commun des intérêts (ou continuité des valeurs), retenue en application de la norme comptable internationale 8 (IAS 8), telle qu'adoptée par le règlement (UE) 2023/1803 de la Commission du 13 août 2023, qui consolide les normes comptables internationales au sein de l'Union européenne.

S'agissant d'une restructuration entre entités sous contrôle commun, l'ensemble des actifs et passifs de la Société Absorbée sera comptabilisée par la Société Absorbante pour leur valeur nette comptable figurant au bilan de la Société Absorbée à la Date d'Effet de la fusion, sans réévaluation à la juste valeur ni création d'un nouveau goodwill. Les réserves et les bénéfices non distribués de la Société Absorbée seront intégrés aux capitaux propres de la Société Absorbante après élimination de la participation détenue par la Société Absorbée dans la Société Absorbante, les valeurs de la période précédente correspondante étant retraitées rétroactivement afin d'assurer la comparabilité des états financiers.

14. Informations concernant l'évaluation des actifs transférés et des passifs pris en charge

L'ensemble des actifs et des passifs de la Société Absorbée seront transférés de plein droit à la Société Absorbante, à leur valeur nette comptable tels qu'ils existeront à la Date d'Effet.

A titre indicatif, au 31 mars 2026, les éléments d'actif et de passif de la Société Absorbée se décomposaient comme suit (étant précisé que cette description n'est pas limitative dans la mesure où la fusion entraînera le

na transferência universal de todos os ativos e passivos da Sociedade Incorporada na "Data da Efectivação"):

Ativos

Activos	Valores brutos	Amortizações ou provisões	Valores líquidos
Ativos financeiros	52.000		52.000
Total do ativo financeiro	52.000		52.000
Outros valores a receber	2.466.619		2.466.619
Bancos, contas correntes e outros recursos financeiros	6.939		6.939
Total do activo circulante	**2.473.558**		**2.473.558**
Total do activo	**2.525.558**		**2.525.558**

Passivos

Passivo	Valor contabilístico
Fornecedores e contas relacionadas	2.400
Outras dívidas	861.315
Total do passivo	**863.715**

Ativo líquido: 1.661.843 euros

Esclarece-se que, posteriormente a 31 de março de 2026 (no início de abril de 2026), a Sociedade Incorporada foi reembolsada dos seus «outros créditos» (em parte através da respetiva incorporação no capital social da Sociedade Incorporante, mediante um aumento de capital) e procedeu, por sua vez, ao pagamento das suas «outras dívidas», pelo que, na Data de Efectivação, os elementos do ativo e do passivo da Sociedade Incorporada deverão ser constituídos da seguinte forma:

Ativos

transfert par transmission universelle de patrimoine de tous les éléments d'actif et de passif de la Société Absorbée à la Date d'Effet) :

Actifs

Actifs	Valeurs brutes	Amortissement ou provisions	Valeurs nettes
Immobilisations financières	52.000		52.000
Total actif immobilisé	**52.000**		**52.000**
Autres créances	2.466.619		2.466.619
Banques, C.C.P., et autres disponibilités	6.939		6.939
Total actif circulant	**2.473.558**		**2.473.558**
Total actif	**2.525.558**		**2.525.558**

Passifs

Passif	Valeur comptable
Fournisseurs et comptes rattachés	2.400
Autres dettes	861.315
Total passif	**863.715**

Actif net : 1.661.843 euros

Il est précisé que postérieurement au 31 mars 2026 (début avril 2026), la Société Absorbée a été remboursée de ses « autres créances » (pour partie par incorporation au capital de la Société Absorbante, par une augmentation de capital) et a elle-même remboursé ses « autres dettes », de sorte qu'à la Date d'Effet, les éléments d'actif et le passif de la Société Absorbée devraient être composés comme suit :

Actifs

Activos	Valores brutos	Amortizações ou provisões	Valores líquidos
Ativos financeiros	1.657.304		1.657.304
Total do ativo financeiro	1.657.304		1.657.304
Bancos, contas correntes e outros recursos financeiros	6.939		6.939
Total do activo circulante	**1.664.243**		**1.664.243**
Total do activo	**1.664.243**		**1.664.243**

Passivos

Passivo	Valor contabilístico
Fornecedores e contas relacionadas	2.400
Total do passivo	2.400

Os valores contabilísticos líquidos finais dos ativos e passivos transferidos para a Sociedade Incorporante serão determinados com base nas demonstrações financeiras finais da Sociedade Incorporada na "Data da Efectivação", no prazo de 30 dias após a "Data da Efectivação".

15. Declarações fiscais

Cláusula fiscal – Aplicação do regime especial das fusões em França e obrigações declarativas

15.1. Contexto da operação

15.1.1 A presente cláusula tem por objeto definir o regime fiscal aplicável em França à fusão transfronteiriça projetada, pela qual a Sociedade Incorporada, sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas em França e cujo ativo é exclusivamente composto por participações financeiras, transmite a universalidade do seu património à Sociedade Incorporante, sociedade de direito português, detida diretamente a 100% pela Sociedade Incorporada.

Actifs	Valeurs brutes	Amortissement ou provisions	Valeurs nettes
Immobilisations financières	1.657.304		1.657.304
Total actif immobilisé	**1.657.304**		**1.657.304**
Banques, C.C.P., et autres disponibilités	6.939		6.939
Total actif circulant	**1.664.243**		**1.664.243**
Total actif	**1.664.243**		**1.664.243**

Passifs

Passif	Valeur comptable
Fournisseurs et comptes rattachés	2.400
Total passif	2.400

Les valeurs nettes comptables définitives des actifs et des passifs transférés à la Société Absorbante, seront déterminés sur la base des comptes définitifs de la Société Absorbée à la Date d'Effet, dans un délai de 30 jours après la Date d'Effet.

15. déclarations fiscales

Clause fiscale – Application du régime spécial des fusions en France et obligations déclaratives

15.1. Contexte de l'opération

15.1.1 La présente clause a pour objet de définir le régime fiscal applicable en France à la fusion transfrontalière projetée par laquelle la Société Absorbée soumise à l'impôt sur les sociétés en France et dont l'actif est exclusivement composé de titres de participation, transmet l'intégralité de son patrimoine à la Société Absorbante, société de droit portugais, détenue directement à 100 % par la Société Absorbée.

15.1.2. Fica expressamente acordado que, na sequência da fusão, a Sociedade Incorporante não terá nem manterá em França qualquer estabelecimento estável na aceção do direito fiscal francês e das convenções fiscais aplicáveis, e que nenhum elemento de ativo operacional situado em França será transferido no âmbito da operação, uma vez que a Sociedade Incorporada detém apenas participações financeiras.

15.2. Opção pelo regime especial das fusões (artigos 210 A, 210 B e 210-0 A do Código Geral dos Impostos francês e artigos 73.º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas português)

15.2.1 As Partes acordam submeter a presente operação de fusão ao regime especial das fusões previsto nos artigos 210 A, 210 B e 210-0 A do Código Geral dos Impostos francês (doravante, o "CGI") e nos artigos 73.º e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas português (doravante, o "CIRC"), enquanto operação de fusão transfronteiriça intragrupo que preenche a definição fiscal de fusão na aceção do artigo 210-0 A do CGI.

15.2.2 Como tal, as Partes reconhecem que:

- a fusão implica a transmissão universal, sem liquidação, da totalidade do património da Sociedade Incorporada para a Sociedade Incorporante, em contrapartida da atribuição dos títulos da Sociedade Incorporante ao sócio da Sociedade Incorporada, eventualmente acompanhada de um pagamento que não exceda o limite previsto no artigo 210 A do CGI e no artigo 73.º, n.º 1, al. a) do CIRC;
- a Sociedade Incorporada está sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas em França e a Sociedade Incorporante está sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas em Portugal, sendo ambos os Estados membros da União Europeia;
- serão respeitadas as demais condições de fundo e de forma exigidas para a aplicação do regime especial das fusões, tal como resultam dos artigos 210 A, 210 B e 210-0 A do CGI e respetivos diplomas de aplicação e dos artigos 73.º e seguintes do CIRC, sem prejuízo da apreciação da administração fiscal francesa e portuguesa.

15.1.2. Il est expressément convenu qu'à l'issue de la fusion, l[redacted] Absorbante n'aura ni ne maintiendra en France aucun établissement stable au sens du droit fiscal français et des conventions fiscales applicables, et qu'aucun élément d'actif opérationnel situé en France ne sera transféré dans le cadre de l'opération, la Société Absorbée ne détenant que des titres de participation.

15.2. Option pour le régime spécial des fusions (articles 210 A, 210 B et 210-0 A du Code Général des Impôts et articles et suivants du Code portugais de l'Impôt sur les Sociétés)

15.2.1. Les Parties conviennent de placer la présente opération de fusion sous le régime spécial des fusions prévu aux articles 210 A, 210 B et 210-0 A du Code général des impôts (ci-après le « CGI ») et aux articles 73 et suivants du Code d'impôt du Revenu des Personnes Morales portugaise (ci-après le « CIRC ») portugaise, en tant qu'opération de fusion transfrontalière intragroupe répondant à la définition fiscale des fusions au sens de l'article 210-0 A du CGI.

15.2.2. À ce titre, les Parties reconnaissent que :

- la fusion emporte transmission universelle, sans liquidation, de l'ensemble du patrimoine de la Société Absorbée à la Société Absorbante, en contrepartie de l'attribution de titres de la Société Absorbante à l'associé unique de la Société Absorbée, éventuellement assortie d'une soulte n'excédant pas la limite prévue à l'article 210 A du CGI et à l'article 73, nº 1, alinéa a) du CIRC;
- la Société Absorbée est soumise à l'impôt sur les sociétés en France et la Société Absorbante est soumise à l'impôt sur les Personnes Morales portugaise au Portugal, les deux États étant membres de l'Union européenne ;
- les autres conditions de fond et de forme requises pour l'application du régime spécial des fusions, telles qu'issues des articles 210 A, 210 B et 210-0 A du CGI et de leurs textes d'application et les articles 73 et suivants du CIRC, seront respectées, sous réserve de l'appréciation de l'administration fiscale française et portugaise.

15.2.3 As Partes reconhecem que o regime especial das fusões tem por objeto assegurar, em França e em Portugal, a neutralidade fiscal da operação ao nível da Sociedade Incorporada e da Sociedade Incorporante, em especial através da não tributação imediata das mais-valias de entrada realizadas por ocasião da transmissão do seu património, nas condições previstas pelos artigos 210 A e 210-0 A do CGI e pelos artigos 7.º e seguintes do CIRC.

15.3. Natureza dos ativos transmitidos e ausência de estabelecimento estável em França

15.3.1 As Partes constatam que o ativo operacional da Sociedade Incorporada é exclusivamente composto por participações sociais que representam 100% do capital da Sociedade Incorporante, e que nenhum outro elemento de ativo operacional situado em França (imobilizado corpóreo ou incorpóreo de exploração, existências, créditos ou dívidas comerciais afetos a um estabelecimento francês) é transmitido no âmbito da fusão, com exceção do activo em dinheiro de 6.939 euros.

15.3.2 Note-se que, na sequência da fusão, a Sociedade Incorporante não disporá nem manterá qualquer estabelecimento estável em França, pelo que nenhum ativo será inscrito no ativo de tal estabelecimento estável e nenhuma matéria coletável sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas subsistirá em França pelo simples facto da operação, sem prejuízo dos direitos de tributação de França relativamente aos sócios residentes em França da Sociedade Incorporada ou de qualquer outra disposição convencional ou interna aplicável.

15.3.3 Em consequência, do ponto de vista do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas francês, a fusão não implica a transferência de elementos de ativo operacional tributáveis em França para além das participações, e os efeitos fiscais da operação limitam-se, em França, ao tratamento das eventuais mais-valias não realizadas relativas a essas participações e à extinção da Sociedade Incorporada.

15.4. Tratamento das participações e das mais-valias não realizadas

15.4.1 Sem prejuízo do cumprimento de todas as condições de aplicação do regime especial, as Partes acordam que as eventuais mais-valias não

15.2.3. Les Parties reconnaissent que le régime spécial des fusions a pour objet d'assurer, en France et au Portugal, la neutralité fiscale de l'opération au niveau de la Société Absorbée et de la Société Absorbante, en particulier par la non-imposition immédiate des plus-values d'apport réalisées à l'occasion de la transmission de son patrimoine, dans les conditions prévues par les articles 210 A et 210-0 A du CGI et par les articles 73.º et suivants du CIRC.

15.3. Nature des actifs transmis et absence d'établissement stable en France

15.3.1. Les Parties constatent que l'actif opérationnel de la Société Absorbée est exclusivement composé de titres de participation qui représentent 100% du capital de la Société Absorbante, et qu'aucun autre élément d'actif opérationnel situé en France (immobilisations corporelles ou incorporelles d'exploitation, stocks, créances ou dettes commerciales rattachées à un établissement français) n'est transmis dans le cadre de la fusion, à l'exception des liquidités pour 6.939 euros.

15.3.2. Il est rappelé qu'à l'issue de la fusion, la Société Absorbante ne disposera pas et ne maintiendra pas d'établissement stable en France, de sorte qu'aucun actif ne sera inscrit à l'actif d'un tel établissement stable et qu'aucune base imposable à l'impôt sur les sociétés ne subsistera en France du seul fait de l'opération, sous réserve des droits d'imposition de la France au titre des associés résidents français de la Société Absorbée ou de toute autre disposition conventionnelle ou interne applicable.

15.3.3. En conséquence, du point de vue de l'impôt sur les sociétés français, la fusion n'entraîne pas de transfert d'éléments d'actif opérationnels imposables en France autres que les titres de participation, et les effets fiscaux de l'opération se limitent, en France, au traitement des plus-values latentes éventuelles afférentes à ces titres de participation et à la disparition de la Société Absorbée.

15.4. Traitement des titres de participation et des plus-values latentes

15.4.1. Sous réserve du respect de l'ensemble des conditions d'application du régime spécial, les Parties conviennent que les plus-values latentes

realizadas relativas às participações detidas pela Sociedade Incorporada não serão imediatamente tributadas em França por ocasião da fusão, na aplicação do mecanismo de neutralidade fiscal previsto nos artigos 210 A e 210-0 A do CGI.

15.4.2 As Partes reconhecem que a determinação ulterior das mais-valias tributáveis em França, se for caso disso, ocorrerá ao nível do sócio da Sociedade Incorporada, aquando da alienação, resgate ou anulação dos títulos da Sociedade Incorporante recebidos em contrapartida da fusão, segundo as regras então aplicáveis, sendo que a data de aquisição desses títulos é a da sua entrega efetiva, não tendo o efeito retroactivo fiscal da fusão qualquer influência no cálculo do prazo de detenção.

15.4.3 A Sociedade Incorporada compromete-se a elaborar, manter atualizados e entregar, nas condições previstas no artigo 54.º do CGI e respetivos regulamentos de execução, os extratos de acompanhamento das mais-valias em suspensão ou diferimento de tributação eventualmente associadas às participações ou a qualquer outro elemento do ativo, bem como a cumprir todas as obrigações declarativas e de acompanhamento previstas pela regulamentação fiscal francesa em matéria de fusões.

15.5. Obrigações declarativas específicas – Declaração especial n.º 2260 SD

15.5.1 Nos termos do artigo 210-0 A, IV do CGI, quando uma operação de fusão submetida ao regime do artigo 210 A do CGI é realizada em benefício de uma pessoa coletiva estrangeira, a sociedade transmitente francesa é obrigada a apresentar, por via eletrónica, no mesmo prazo que a sua declaração de resultados do exercício em que a operação é realizada, uma declaração especial n.º 2260 SD (CERFA n.º 15884).

15.5.2 A Sociedade Incorporada compromete-se a apresentar esta declaração especial n.º 2260 SD nos prazos e termos exigidos, incluindo nela todas as informações exigidas pelo artigo 46 quater-0 ZS ter do Anexo III ao CGI, nomeadamente:

- a data de realização e a natureza da operação de fusão;
- os nomes ou denominações e os endereços da Sociedade Incorporada e da Sociedade Incorporante, precisando-se que nenhum estabelecimento estável desta última é mantido em França;

éventuelles afférentes aux titres de participation détenus par [redacted] é Absorbée ne seront pas imposées immédiatement en France à l'occasion de la fusion, en application du mécanisme de neutralité fiscale prévu par les articles 210 A et 210-0 A du CGI.

15.4.2. Les Parties reconnaissent que la détermination ultérieure des plus-values imposables en France, le cas échéant, interviendra au niveau de l'associé de la Société Absorbée, lors de la cession, du rachat ou de l'annulation des titres de la Société Absorbante reçus en rémunération de la fusion, selon les règles alors applicables, étant précisé que la date d'acquisition de ces titres est celle de leur remise effective, la rétroactivité fiscale de la fusion étant sans incidence sur le calcul du délai de détention.

15.4.3. La Société Absorbée s'engage à établir, tenir à jour et remettre, dans les conditions prévues par l'article 54 septies du CGI et ses textes d'application, les états de suivi des plus-values en sursis ou en report d'imposition éventuellement attachées aux titres de participation ou à tout autre élément d'actif, et à respecter l'ensemble des obligations déclaratives et de suivi prévues par la réglementation fiscale française en matière de fusions.

15.5. Obligations déclaratives spécifiques – Déclaration spéciale n° 2260-SD

15.5.1. Conformément à l'article 210-0 A, IV du CGI, lorsqu'une opération de fusion placée sous le régime de l'article 210 A du CGI est réalisée au profit d'une personne morale étrangère, la société apporteuse française est tenue de souscrire, par voie électronique, dans le même délai que sa déclaration de résultat de l'exercice au cours duquel l'opération est réalisée, une déclaration spéciale n° 2260-SD (CERFA n° 15884).

15.5.2. La Société Absorbée s'engage à souscrire cette déclaration spéciale n° 2260-SD dans les délais et formes requis, et à y faire figurer l'ensemble des informations exigées par l'article 46 quater-0 ZS ter de l'annexe III au CGI, notamment :

- la date de réalisation et la nature de l'opération de fusion ;
- les noms ou dénominations et adresses de la Société Absorbée et de la Société Absorbante, en précisant qu'aucun établissement stable de cette dernière n'est maintenu en France ;

- as relações de participação no capital existentes entre a Sociedade Incorporada e a Sociedade Incorporante antes da operação;
- a natureza da atividade exercida pela Sociedade Incorporante;
- os motivos e objetivos da operação, em particular as melhorias pretendidas em termos de organização, simplificação ou racionalização do grupo;
- as consequências económicas e fiscais da operação, nomeadamente sobre as atividades, meios e funções eventualmente mantidos em França ou transferidos para Portugal.

15.5.3 A Sociedade Incorporada compromete-se a fornecer à administração fiscal francesa, a seu pedido, qualquer documento ou informação complementar que permita apreciar os motivos e as consequências da operação, bem como o cumprimento das condições de aplicação do regime especial das fusões

15.6. Sanção em caso de incumprimento – Artigo 1760 bis.º do CGI

15.6.1 As Partes reconhecem que a falta de apresentação da declaração especial n.º 2260 SD, ou a sua apresentação tardia ou incompleta, é passível, por cada operação, da coima de 10 000 € prevista no artigo 1760 bis do CGI, sem que esta sanção implique, por si só, a perda do benefício do regime especial das fusões previsto nos artigos 210 A, 210 B e 210-0 A do CGI.

15.6.2 Salvo estipulação em contrário no presente projecto, a Sociedade Incorporada suportará sozinha, sem direito de regresso contra a Sociedade Incorporante, qualquer coima, penalidade ou juros de mora que lhe sejam imputados em França em virtude do incumprimento das suas obrigações declarativas no âmbito da presente fusão, salvo se esse incumprimento resultar diretamente de informação inexata ou incompleta fornecida pela Sociedade Incorporante**.**

15.7. Cooperação entre as Partes e reservas

15.7.1 A Sociedade Incorporada e a Sociedade Incorporante comprometem-se a cooperar de boa-fé para fornecer todas as informações e documentos necessários à elaboração das declarações fiscais exigidas em França e em Portugal no âmbito da presente fusão e, de forma mais geral, ao cumprimento das condições de aplicação do regime especial das fusões.

- les liens capitalistiques existant entre la Société Absorbée et la Société Absorbante avant l'opération ;
- la nature de l'activité exercée par la Société Absorbante ;
- les motifs et buts de l'opération, en particulier les améliorations recherchées en termes d'organisation, de simplification ou de rationalisation du groupe ;
- les conséquences économiques et fiscales de l'opération, notamment sur les activités, moyens et fonctions éventuellement maintenus en France ou transférés au Portugal.

15.5.3. La Société Absorbée s'engage à fournir à l'administration fiscale française, à sa demande, tout document ou information complémentaire permettant d'apprécier les motifs et conséquences de l'opération, ainsi que le respect des conditions d'application du régime spécial des fusions.

15.6. Sanction en cas de manquement – Article 1760 bis du CGI

15.6.1. Les Parties reconnaissent que le défaut de souscription de la déclaration spéciale n° 2260-SD, ou sa souscription tardive ou incomplète, est passible, pour chaque opération, de l'amende de 10 000 € prévue à l'article 1760 bis du CGI, sans que cette sanction n'emporte, par elle-même, remise en cause du bénéfice du régime spécial des fusions prévu par les articles 210 A, 210 B et 210-0 A du CGI.

15.6.2. Sauf stipulation contraire dans le présent traité, la Société Absorbée supportera seule, sans recours contre la Société Absorbante, toute amende, pénalité ou intérêt de retard mis à sa charge en France du fait d'un manquement à ses obligations déclaratives au titre de la présente fusion, sauf si ce manquement résulte directement d'une information inexacte ou incomplète fournie par la Société Absorbante.

15.7. Coopération entre les Parties et réserves

15.7.1. La Société Absorbée et la Société Absorbante s'engagent à coopérer de bonne foi pour fournir l'ensemble des informations et documents nécessaires à l'établissement des déclarations fiscales requises en France et au Portugal au titre de la présente fusion et, plus généralement, au respect des conditions d'application du régime spécial des fusions.

15.7.2 As Partes reconhecem que a aplicação efetiva do regime especial das fusões, tal como previsto nos artigos 210 A, 210 B e 210-0 A do CGI, permanece subordinada à apreciação da administração fiscal francesa e, se for caso disso, dos tribunais competentes, e que a presente cláusula não constitui uma garantia de obtenção desse regime para além do cumprimento, pelas Partes, das condições e obrigações previstas pelos textos em vigor na data de realização da operação.

16. Consulta de documentos

A partir da publicação do registo do presente projecto de fusão, poderão ser consultados nas sedes da Sociedade Incorporante e da Sociedade In [redacted] ojecto de fusão;

relatórios elaborados pelas administrações/gerências da iedade Incorporante e da Sociedade Incorporada e eventuais relatórios que venham a ser elaborados por peritos;

(iii) As contas, os relatórios dos órgãos de administração e deliberações das assembleias gerais sobre essas contas, relativamente aos últimos 3 (três) exercícios.

Neste âmbito cumpre referir novamente que a Sociedade Incorporante e a Sociedade Incorporada não têm órgão de fiscalização.

17. Informações adicionais relevantes

- Exame e fiscalização do Projecto por perito independente ou revisor oficial de contas da fusão:

Em Portugal:
Por decisão datada de 29 de Setembro 2026, o sócio único da Sociedade Incorporada e a Sociedade Incorporada, enquanto sócia única da Sociedade Incorporante, dispensaram o exame do projecto de fusão por revisores oficiais de contas e, por conseguinte, dispensaram também relatórios de revisores oficiais de contas donde constem os seus pareceres sobre a adequação e razoabilidade da relação de troca e da contrapartida da aquisição das participações sociais.

15.7.2. Les Parties reconnaissent que l'application effective [redacted] e spécial des fusions, tel que prévu par les articles 210 A, 210 B et 210-0 A du CGI, demeure subordonnée à l'appréciation de l'administration fiscale française et, le cas échéant, des juridictions compétentes, et que la présente clause ne saurait constituer une garantie d'obtention de ce régime au-delà du respect, par les Parties, des conditions et obligations prévues par les textes en vigueur à la date de réalisation de l'opération.

16. Consultation des documents

À compter de la publication de l'inscription du présent projet de fusion, pourront être consultés, au siège de la Société Absorbante et de la Société Absorbée :

(i) Le présent projet commun de fusion ;

(ii) Les rapports établis, le cas échéant, par les organes d'administration / gérance des deux sociétés et les éventuels rapports d'experts ;

(iii) Les comptes annuels, les rapports des organes d'administration et les décisions des associés / assemblées générales relatifs aux trois derniers exercices.

Il est rappelé que ni la Société Absorbée ni la Société Absorbante ne disposent d'organe de contrôle.

17. Informations complémentaires pertinentes

- Examen et contrôle du projet par un expert indépendant ou commissaire à la fusion

Au Portugal :
Par décision en date du 29 septembre 2026, l'associé unique de la Société Absorbée, et la Société Absorbée en sa qualité d'associé unique de la Société Absorbante, dispensent l'examen du projet de fusion par des commissaires à la fusion.
Ils dispensent en conséquence l'établissement des rapports de commissaires relatifs au caractère équitable des conditions de la fusion et à un quelconque rapport d'échange.

Il est déclaré qu'il n'existe aucun porteur d'autres titres conférant un droit de vote dans la Société Absorbée ou la Société Absorbante.

Para este efeito, declara-se que não existem portadores de outros títulos que confiram direito de voto da Sociedade Incorporante e da Sociedade Incorporada.

Em França:
O Sócio Único da Sociedade Absorvida renunciou à nomeação de um revisor independente para a fusão, por decisão datada de 28 de setembro de 2026.

- Relatório dos órgãos de administração destinado aos sócios:

Dispensado:
Em França, o Sócio Único da Sociedade Incorporada renunciou a elaboração de secção do relatório do presidente destinada aos sócios, por decisão datada de 28 de setembro de 2026, e dispensou expressamente o presidente da Sociedade Incorporada da elaboração de secção do relatório destinada aos trabalhadores

Em Portugal, por decisão datada de 29 de Setembro 2026, o sócio único da Sociedade Incorporada e a Sociedade Incorporada, enquanto sócia única da Sociedade Incorporante, dispensam a elaboração de relatório de fusão destinado aos sócios.

- Trabalhadores / Efeitos sobre o emprego:

Não existem trabalhadores na Sociedade Incorporada, nem na Sociedade Incorporada.

Em consequência, em França, o Sócio Único da Sociedade Incorporada dispensou expressamente o presidente da Sociedade Incorporada da elaboração da secção do relatório destinada aos trabalhadores, por decisão datada de 28 setembro de 2026.

Em Portugal, por sua vez, por decisão datada de 29 de setembro de 2026, o sócio único da Sociedade Incorporada e a Sociedade Incorporada, enquanto sócia única da Sociedade Incorporante, dispensaram a elaboração de relatório de fusão destinado aos trabalhadores ou representantes destes.

Por conseguinte, não foi elaborado qualquer relatório destinado aos trabalhadores ou representantes destes.

En France :
L'Associé unique de la Société Absorbée a renoncé à la nomination d'un commissaire à la fusion par décision en date du 28 septembre 2026.

- Rapport des dirigeants destiné aux associés

Dispense :
En France, l'associé unique de la Société Absorbée a renoncé à l'établissement de la section du rapport du président destinée aux associés par décision en date du 28 septembre 2026 et a expressément dispensé le président de la Société Absorbée de l'établissement de la section du rapport destiné aux salariés.

Au Portugal, par décision en date du 29 septembre 2026, l'associé unique de la Société Absorbée, et la Société Absorbée en sa qualité d'associé unique de la Société Absorbante, dispensent l'établissement d'un rapport de fusion destiné aux associés.

- Personnel / Effets sur l'emploi (R.236-21, 11° et 12°)

Ni la Société Absorbée ni la Société Absorbante n'emploient de personnel.

En conséquence, en France, l'Associé unique de la Société Absorbée a expressément dispensé le président de la Société Absorbée de l'établissement de la section du rapport destiné aux salariés par décision en date du 28 septembre 2026.

Au Portugal, par décision datée du 29 septembre de 2026, l'unique actionnaire de la Société constituée et la Société constituée, en tant qu'unique actionnaire de la Société constituante, ont renoncé à l'établissement d'un rapport de fusion destiné aux employés ou à leurs représentants.

Par conséquent, Aucun rapport destiné aux salariés ou à leurs représentants n'a été établi.

A fusão não terá, portanto, qualquer impacto sobre trabalhadores, não sendo constituído qualquer Grupo Especial de Negociação (GEN) para a negociação de um acordo entre os dirigentes das sociedades participantes na fusão.

- Bens sujeitos a registo:

A Sociedade Incorporada não detém quaisquer bens sujeitos a registo

- Contratos de arrendamento:

Não existem contratos de arrendamento celebrados pela Sociedade Incorporada

- Processos judiciais:

Não existem processos judiciais nos quais a Sociedade Incorporada seja parte ou interveniente acidental

A convocatória para a realização das assembleias gerais para a deliberação do presente projecto de fusão, que – e tendo em conta que não existem trabalhadores na Sociedade Incorporada, nem na Sociedade Incorporada – conterá, entre outros, os seguintes elementos:

(a) Menção de que o presente projeto e a documentação anexa podem ser consultados, na sede da Sociedade Incorporada e na Sociedade Incorporada, pelos seus sócios e credores sociais,
(b) Aviso aos sócios e credores sociais da Sociedade Incorporada e na Sociedade Incorporada de que podem apresentar às sociedades, até cinco dias úteis antes da data designada para a reunião da assembleia geral, observações sobre o presente projeto de fusão
(c) A alteração ao pacto social prevista no presente projecto
(d) Data designada para a reunião da assembleia geral

- Aquando do registo definitivo da fusão, transferir-se-á a posse de todos os títulos de propriedade, acordos, registos ou outros documentos da Sociedade Incorporada para a Sociedade Incorporante.

La fusion n'aura donc pas d'impact sur le personnel et aucun gr[redacted]ial de négociation (GSN) ne sera mis en place pour la négociation d'un accord entre les dirigeants des sociétés participant à la fusion ne sera mis en place.

- Biens soumis à enregistrement

La Société Absorbée ne détient aucun bien soumis à enregistrement.

- Contrats de bail

La Société Absorbée n'a conclu aucun contrat de location.

- Procédures judiciaires

Il n'existe aucune procédure judiciaire à laquelle la Société Absorbée est partie ou intervenante.

La convocation aux assemblées générales appelées à statuer sur le présent projet de fusion, laquelle – et compte tenu de l'absence de salariés dans la Société Absorbée comme dans la Société Absorbante – contiendra notamment les éléments suivants :

(a) Mention selon laquelle le présent projet et la documentation y annexée peuvent être consultés, au siège de la Société Absorbée et de la Société Absorbante, par leurs associés et créanciers sociaux.
(b) Avis aux associés et créanciers sociaux de la Société Absorbée et de la Société Absorbante les informant qu'ils peuvent présenter aux sociétés, jusqu'à cinq jours ouvrables avant la date fixée pour la réunion de l'assemblée générale, des observations sur le présent projet de fusion.
(c) La modification aux statuts prévue dans le présent projet.
(d) La date fixée pour la réunion de l'assemblée générale.

- Lors de l'inscription définitive de la fusion, la possession de tous les titres de propriété, conventions, enregistrements ou autres documents de la Société Absorbée sera transférée à la Société Absorbante.

18. Anexos

São anexados ao presente projeto e dele fazem parte integrante:

Anexo 1 — balanço do último exercício da Sociedade Incorporada ABHEXT a 31/03/2026,

Anexo 2 — Balanço da Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda a 30/06/2026.

Anexo 3 – Certidão permanente em vigor do registo comercial da Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda.

Anexo 4 – Estatutos da Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda. actualmente em vigor

Anexo 5 – Extrat Kbis da Sociedade Incorporada ABHExt

Anexo 6– Estatutos da Sociedade Incorporada actualmente em vigor ABHExt

Anexo 7 – Projecto de pacto social da Sociedade Incorporante após fusão

Paris, 29 de setembro de 2026

A. Bridel, Unipessoal Lda.



18. Annexes

Sont annexés au présent projet et en font partie intégrante :

Annexe 1 – Bilan de la Société Absorbée ABHExt arrêté au 31/03/2026.

Annexe 2 – Bilan de la Société Absorbante A. Bridel, Unipessoal Lda. arrêté au 30/06/2026.

Annexe 3 – Extrait du registre du commerce portugais (certidão permanente) d'A. Bridel, Unipessoal Lda.

Annexe 4 – Statuts actuellement en vigueur de la Société Absorbante A. Bridel, Unipessoal Lda.

Annexe 5 – Extrait Kbis de la Société Absorbée ABHExt

Annexe 6 – Statuts actuellement en vigueur de la Société Absorbée ABHExt.

Annexe 7 – Projet de statuts de la Société Absorbante après fusion.

Fait à Paris le 29 septembre 2026



el

[redacted]

ABHExt

[redacted]

[redacted]

Président

Anexos

Annexes



Anexo 1 — Balanço do último exercício da Sociedade Incorporada ABHEXT a 31/03/2026,

Annexe 1 – Bilan du dernier exercice de la Société Absorbée ABHExt arrêté au 31/03/2026

ABHExt

BILAN SIMPLIFIÉ

Période du 01/04/2025 au 31/03/2026 — Présenté en Euros

[redacted]

ACTIF

	Exercice clos le 31/03/2026 (12 mois)				Exercice précédent 31/03/2025 (12 mois)	
	Brut	Amort. & Prov	Net	%	Net	%
Fonds commercial						
Autres immobilisations incorporelles						
Immobilisations corporelles						
Immobilisations financières	52 000		52 000	2,06	52 000	1,19
ACTIF IMMOBILISÉ	***52 000***		***52 000***	2,06	***52 000***	1,19
Matières premières, approv., en cours de production						
Marchandises						
Avances et acomptes versés sur commandes						
Clients et comptes rattachés						
Autres créances	2 466 619		2 466 619	97,67	1 866 619	42,67
Valeurs mobilières de placement						
Banques, C.C.P., et autres disponibilités	6 939		6 939	0,27	2 456 143	56,14
Caisse						
Charges constatées d'avance						
ACTIF CIRCULANT	***2 473 558***		***2 473 558***	97,94	***4 322 762***	98,81
TOTAL GÉNÉRAL ACTIF	**2 525 558**		**2 525 558**	100,00	**4 374 762**	100,00

PASSIF

	Exercice clos le 31/03/2026 (12 mois)		Exercice précédent 31/03/2025 (12 mois)	
Capital social ou individuel (dont versé : 1 700 500)	**1 700 500**	67,33	**1 700 500**	38,87
Ecarts de réévaluation				
Réserve légale				
Réserves réglementées				
Autres réserves				
Report à nouveau	-15 267	-0,59	-424 258	-9,69
Résultat de l'exercice	**-23 390**	-0,92	**408 990**	9,35
Provisions réglementées				
CAPITAUX PROPRES	***1 661 843***	65,80	***1 685 233***	38,52
Provisions pour risques et charges				
Emprunts et dettes assimilées				
Avances et acomptes reçus sur commande en cours				
Fournisseurs et comptes rattachés	2 400	0,10	17 112	0,39
Autres dettes	861 315	34,10	2 672 417	61,09
Produits constatés d'avance				
DETTES	***863 715***	34,20	***2 689 529***	61,48
TOTAL GÉNÉRAL PASSIF	***2 525 558***	100,00	***4 374 762***	100,00

ABHExt

COMPTE DE RÉSULTAT SIMPLIFIÉ

Période du 01/04/2025 au 31/03/2026 Présenté en Euros

[redacted]

COMPTE DE RÉSULTAT	Exercice clos le 31/03/2026 (12 mois)		Exercice précédent 31/03/2025 (12 mois)		Variation absolue (12 / 12)	%
	Exportation	Total	%	Total	%	Variation	%
Ventes de marchandises							
Production vendue biens							
Production vendue services							
Chiffres d'Affaires Nets							
Production stockée							
Production immobilisée							
Subventions d'exploitation reçues							
Autres produits							
Total des produits d'exploitation hors T.V.A.							
Achats de marchandises (y compris droits de douane)							
Variation de stock (marchandises)							
Achats de matières premières et autres approvisionnements							
Variation de stock (matières premières et autres approv.)							
Autres achats et charges externes		13 030		20 255		-7 225	-35,66
Impôts, taxes et versements assimilés							
Rémunérations du personnel							
Charges sociales		10 230		9 625		605	6,29
Dotations aux amortissements							
Dotations aux provisions							
Autres charges							
Total des charges d'exploitation		***23 260***		***29 880***		***-6 620***	-22,15
RÉSULTAT D'EXPLOITATION		***-23 260***		***-29 880***		***6 620***	22,16
Produits financiers				450 654		-450 654	-100,00
Produits exceptionnels							
Charges financières		130		11 784		-11 654	-98,89
Charges exceptionnelles							
RÉSULTAT AVANT PARTICIPATION ET IS		***-23 390***		***408 990***		***-432 380***	-105,71
Participation des salariés							
Impôts sur les bénéfices							

Total des Produits		***450 654***		***-450 654***	-100,00
Total des Charges	***23 390***	***41 664***		***-18 274***	-43,85
RÉSULTAT NET	***-23 390*** *Perte*	***408 990*** *Bénéfice*		***-432 380***	-105,71

Dont Crédit-bail mobilier					
Dont Crédit-bail immobilier					

ABHExt

BILAN SIMPLIFIÉ

Période du 01/04/2025 au 31/03/2026 — DÉTAILLÉ Présenté en Euros

[redacted]

ACTIF	Exercice clos le 31/03/2026 (12 mois)				Exercice précédent 31/03/2025 (12 mois)	
	Brut	Amort. & Prov	Net	%	Net	%
Fonds commercial						
Autres immobilisations incorporelles						
Immobilisations corporelles						
Immobilisations financières	**52 000**		**52 000**	2,06	**52 000**	1,19
261000 Titres de participation	*52 000*		*52 000*	2,06	*52 000*	1,19
ACTIF IMMOBILISÉ	***52 000***		***52 000***	2,06	***52 000***	1,19
Matières premières, approv., en cours de production						
Marchandises						
Avances et acomptes versés sur commandes						
Clients et comptes rattachés						
Autres créances	**2 466 619**		**2 466 619**	97,67	**1 866 619**	42,67
455200 C/C ABRIDEL SA Pt	*2 466 619*		*2 466 619*	97,67	*1 866 619*	42,67
Valeurs mobilières de placement						
Banques, C.C.P., et autres disponibilités	**6 939**		**6 939**	0,27	**2 456 143**	56,14
512000 Banque Neuflize OBC					*1 505 088*	34,40
512300 Banque Qonto	*6 939*		*6 939*	0,27	*951 055*	21,74
Caisse						
Charges constatées d'avance						
ACTIF CIRCULANT	***2 473 558***		***2 473 558***	97,94	***4 322 762***	98,81
TOTAL GÉNÉRAL ACTIF	**2 525 558**		**2 525 558**	100,00	**4 374 762**	100,00

PASSIF	Exercice clos le 31/03/2026 (12 mois)		Exercice précédent 31/03/2025 (12 mois)	
Capital social ou individuel (dont versé : 1 700 500)	**1 700 500**	67,33	**1 700 500**	38,87
101300 Capital souscrit - appele verse	*1 700 500*	67,33	*1 700 500*	38,87
Ecarts de réévaluation				
Réserve légale				
Réserves réglementées				
Autres réserves				
Report à nouveau	**-15 267**	-0,59	**-424 258**	-9,69
119000 Report a nouveau - solde debiteur	*-15 267*	-0,59	*-424 258*	-9,69
Résultat de l'exercice	**-23 390**	-0,92	**408 990**	9,35
Provisions réglementées				
CAPITAUX PROPRES	***1 661 843***	65,80	***1 685 233***	38,52
Provisions pour risques et charges				
Emprunts et dettes assimilées				
Avances et acomptes reçus sur commande en cours				
Fournisseurs et comptes rattachés	**2 400**	0,10	**17 112**	0,39
408100 Fournisseurs FNP	*2 400*	0,10	*17 112*	0,39
Autres dettes	**861 315**	34,10	**2 672 417**	61,09
455100 C/C Antoine BRIDEL	*861 315*	34,10	*2 672 417*	61,09
Produits constatés d'avance				
DETTES	***863 715***	34,20	***2 689 529***	61,48
TOTAL GÉNÉRAL PASSIF	***2 525 558***	100,00	***4 374 762***	100,00

ABHExt

COMPTE DE RÉSULTAT SIMPLIFIÉ

Période du 01/04/2025 au 31/03/2026 DÉTAILLÉ Présenté en Euros

[redacted]

COMPTE DE RÉSULTAT	Exercice clos le 31/03/2026 (12 mois)	Exercice précédent 31/03/2025 (12 mois)	Variation absolue (12 / 12)	%

	Exportation	Total	%	Total	%	Variation	%
Ventes de marchandises							
Production vendue biens							
Production vendue services							
Chiffres d'Affaires Nets							
Production stockée							
Production immobilisée							
Subventions d'exploitation reçues							
Autres produits							
Total des produits d'exploitation hors T.V.A.							
Achats de marchandises (y compris droits de douane)							
Variation de stock (marchandises)							
Achats de matières premières et autres approvisionnements							
Variation de stock (matières premières et autres approv.)							
Autres achats et charges externes		**13 030**		**20 255**		-7 225	-35,66
606400 Fournitures administratives		*140*		*140*		*-140*	-100,00
622600 Honoraires		*4 044*		*7 192*		*-3 148*	-43,76
625100 Voyages et deplacements		*8 986*		*12 171*		*-3 185*	-26,16
625700 Receptions				*501*		*-501*	-100,00
626200 TELEPHONE				*252*		*-252*	-100,00
Impôts, taxes et versements assimilés							
Rémunérations du personnel							
Charges sociales		**10 230**		**9 625**		605	6,29
646500 Cotisations ADIS		*10 230*		*9 625*		*605*	6,29
Dotations aux amortissements							
Dotations aux provisions							
Autres charges							
Total des charges d'exploitation		***23 260***		***29 880***		***-6 620***	-22,15
RÉSULTAT D'EXPLOITATION		***-23 260***		***-29 880***		***6 620***	22,16
Produits financiers				**450 654**		-450 654	-100,00
762600 Revenus des prets				*450 654*		*-450 654*	-100,00
Produits exceptionnels							
Charges financières		**130**		**11 784**		-11 654	-98,89
661160 Int. des emprunts et dettes assimilees				*11 634*		*-11 634*	-100,00
661600 Intérêts bancaires & sur opér. financ.		*130*		*150*		*-20*	-13,32
Charges exceptionnelles							
RÉSULTAT AVANT PARTICIPATION ET IS		***-23 390***		***408 990***		***-432 380***	-105,71
Participation des salariés							
Impôts sur les bénéfices							

Total des Produits			***450 654***		***-450 654***	-100,00
Total des Charges	***23 390***		***41 664***		***-18 274***	-43,85
RÉSULTAT NET	***-23 390*** *Perte*		***408 990*** *Bénéfice*		***-432 380***	-105,71

COMPTE DE RÉSULTAT SIMPLIFIÉ

Période du 01/04/2025 au 31/03/2026 DÉTAILLÉ Présenté en Euros

[redacted]

COMPTE DE RÉSULTAT (suite)	Exercice clos le 31/03/2026 (12 mois)		Exercice précédent 31/03/2025 (12 mois)		Variation absolue (12 / 12)	%
Dont Crédit-bail mobilier						
Dont Crédit-bail immobilier						

Anexo 2 — Balanço da Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda. a 30/06/2026.

Annexe 2 – Bilan de la Société absorbante A. Bridel, Unipessoal Lda. arrêté au 30/06/2026.

A. BRIDEL S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL

Junho 2026

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS 2026 Até Mes 6	EXERCÍCIOS 2025 Ano Completo
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		867 259,83	867 259,83
Outros investimentos financeiros			
Créditos a receber			
Ativos por impostos diferidos			
		867 259,83	867 259,83
Ativo corrente:			
Inventários		660 576,30	660 576,30
Ativos biológicos			
Clientes			
Estado e outros entes públicos		1 417,25	
Capital subscrito e não realizado			
Outras créditos a receber		946 013,10	942 147,12
Diferimentos		269,21	269,21
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		1 940 044,61	1 935 804,64
		3 548 320,47	3 538 797,27
Total do Ativo		**4 415 580,30**	**4 406 057,10**

Licenciado a: **PLATINUM CONSULTING - CONTABILIDADE E GESTÃO LDA**

[redacted]

A. BRIDEL S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL

Junho 2026

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS 2026 até mês 6	EXERCÍCIOS 2025 Ano Completo
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito		1 657 304,00	52 000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio		117 000,00	117 000,00
Prémios de emissão			
Reservas legais		14 326,00	14 326,00
Outras reservas			
Resultados transitados		1 356 535,35	1 226 931,73
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio			
		3 145 165,35	1 410 257,73
Resultado líquido do período		(17 990,73)	129 603,62
		3 127 174,62	1 539 861,35
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		**3 127 174,62**	**1 539 861,35**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos		861 314,89	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar		107 058,49	107 058,49
		968 373,38	107 058,49
Passivo corrente:			
Fornecedores		8 431,05	17 898,53
Adiantamentos de clientes		27 580,65	
Estado e outros entes públicos			7 161,47
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar		284 020,60	2 734 077,26
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		320 032,30	2 759 137,26
Total do passivo		**1 288 405,68**	**2 866 195,75**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**4 415 580,30**	**4 406 057,10**

Licenciado a: **PLATINUM CONSULTING - CONTABILIDADE E GESTÃO LDA**

[redacted]

Anexo 3 – Certidão permanente em vigor do registo comercial da Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda.

Annexe 3 – Extrait du registre du commerce portugais (certidão permanente) d'A. Bridel, Unipessoal Lda.

Certidão Permanente
Código de acesso: 3353-0212-5463

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

Matrícula

NIPC: 513373721
Firma: A. BRIDEL, UNIPESSOAL LDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE POR QUOTAS
Sede: Rua Luciano Cordeiro, n.º 77, 6.º
Distrito: Lisboa Concelho: Lisboa Freguesia: Santo António
1150 213 Lisboa
Objecto: Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, Investimento em aquisição, alienação, construção, administração, manutenção, gestão e arrendamento de bens imobiliários, condomínios e empreendimentos, prestação de serviços na área da construção civil e urbanização, e realização de todas as actividades de promoção relacionadas com o seu objecto, designadamente, a celebração de contratos de concessão de urbanização, a realização de projectos de loteamento, e projectos de especialidades, assim como a construção de obras de urbanização e, ainda, operações urbanísticas, de reparcelamento, e a respectiva comercialização.
Capital: 52.000,00 Euros
CAE Principal: 68110-R4

Data do Encerramento do Exercício: 31 Dezembro
Forma de Obrigar: Com a intervenção do gerente.
Órgãos Sociais/Liquidatário/Administrador ou Gestor Judicial:

GERÊNCIA:

Nome: ANTOINE HENRY BRIDEL
NIF/NIPC: 284564745

Entidade com os documentos integralmente depositados em suporte electrónico.

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Factos pendentes de elaboração (susceptíveis de alterar o conteúdo do certificado)

Facto 1 AP. 10/20261020 - Alterações ao contrato de sociedade e aumento de capital (online)
(Conservatória do Registo Comercial/Automóvel Braga)

Inscrições - Averbamentos - Anotações

Insc.1 AP. 8/20150113 10:49:32 UTC - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE,

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

FIRMA: A. BRIDEL, UNIPESSOAL LDA
NIPC: 513373721
NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS
SEDE: Rua das Janelas Verdes, nº 3, Apart. 005
Distrito: Lisboa Concelho: Lisboa Freguesia: Estrela
1200 - 690 Lisboa
OBJECTO: compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, Investimento em aquisição, alienação, construção, administração, manutenção, gestão e arrendamento de bens imobiliários, condomínios e empreendimentos, prestação de serviços na área da construção civil e urbanização, e realização de todas as actividades de promoção relacionadas com o seu objecto, designadamente, a celebração de contratos de concessão de urbanização, a realização de projectos de loteamento, e projectos de especialidades, assim como a construção de obras de urbanização e, ainda, operações urbanísticas, de reparcelamento, e a respectiva comercialização
CAPITAL : 2.000,00 Euros
Data de Encerramento do Exercício : 31 Dezembro

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 2.000,00 Euros

TITULAR: ANTOINE HENRY BRIDEL
NIF/NIPC: 284564745
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Nathalie Bridel [redacted]
Regime de bens : Separação de bens
Residência/Sede: [redacted]

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: Com a intervenção de um gerente

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Nome/Firma: ANTOINE HENRY BRIDEL
NIF/NIPC: 284564745
Cargo: Gerente
Residência/Sede: [redacted]

Data da deliberação: 13 de Janeiro de 2015

Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.
O(A) Escriturário(a), Mário Paulo dos Santos Sequeira

An. 1 - 20150113 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.
O(A) Escriturário(a), Mário Paulo dos Santos Sequeira

Av.1 OF. 20200729 - PENDENTE DE DISSOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Oficial de Registos, Luisa Gonçalves Costa

Av.2 AP. 87/20201109 12:45:28 UTC - CANCELADO O AV. 1

Decisão: Declarado findo o procedimento administrativo de dissolução por demonstração de que a regularização foi efectuada.

Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Dario Filipe D Ferreira

Insc.2 AP. 37/20150330 19:07:51 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE(ONLINE)

Artigo(s) alterado(s): 1º nº 1 e aditado o artº 5º

SEDE: Avenida 5 de Outubro, nº 151, 6º E
Distrito: Lisboa Concelho: Lisboa Freguesia: Avenidas Novas
1050 - 053 Lisboa

Conservatória do Registo Comercial de Sintra

Conservatória do Registo Comercial de Sintra
O(A) Ajudante, em substituição, Cristina Paula Pires Rosa

An. 1 - 20150331 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Comercial de Sintra
O(A) Ajudante, em substituição, Cristina Paula Pires Rosa

Insc.3 **AP. 84/20161128 13:09:37 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE**

Artigo(s) aditado(s): 4º, com subsequente renumeração dos restantes artigos

Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

An. 1 - 20161129 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

Insc.4 **AP. 201/20161206 15:49:55 UTC - AUMENTO DO CAPITAL, TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE ANÓNIMA E DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) SOCIAL(AIS)**

Montante do aumento : 50000.00 Euros
Modalidade e forma de subscrição: realizado em dinheiro e subscrito pelo sócio Antoine Henry Bridel a quantia de 49 000,00 euros e pelos novos sócios Carla Filipa Vilhena Cortez Figueira, Miguel Burguete de Bacelar Marreiros Figueira, Vera Filipa Gaspar Marques e Pedro Henrique Bernardino Claro as quantias de 250,00 euros cada
Capital após o aumento : 52.000,00 Euros

FIRMA: A. BRIDEL, S.A.
NIPC: 513373721
NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE ANóNIMA
CAPITAL : 52.000,00 Euros

ACÇÕES:

Número de acções: 208
Valor nominal : 250.00 Euros
Natureza: ao portador

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: Pela assinatura do administrador único
Estrutura da administração: Administrador único
Estrutura da fiscalização: Fiscal único
Duração dos mandatos: Quatro anos para o administrador único; dois anos para o fiscal único

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

ADMINISTRADOR ÚNICO:

Nome/Firma: ANTOINE HENRY BRIDEL
NIF/NIPC: 284564745
Residência/Sede: [redacted]

FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: RV - ROMÃO & VICENTE - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
NIF/NIPC: 510894321
[redacted]

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: JUSTINO MENDES DOS SANTOS ROMÃO
NIF/NIPC: 125447779
[redacted]

Data da deliberação: 2016.12.02

Prazo de duração do(s) mandato(s) - Quadriénio de 2016/2019 para o administrador único; Biénio de 2016/2017 para o fiscal único

único, Biénio de 2016/2017 para o fiscal único

Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

An. 1 - 20161212 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

Insc.5 AP. 111/20190212 12:38:22 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) SOCIAL(AIS)

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: ROMÃO & VICENTE - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
NIF/NIPC: 510894321
Residência/Sede: Avenida 5 de Outubro, nº 85, 3º
1050 - 050 Lisboa

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: JUSTINO MENDES DOS SANTOS ROMÃO
NIF/NIPC: 125447779
Residência/Sede: Avenida 5 de Outubro, nº 85, 3º
1050 - 050 Lisboa

Prazo de duração do(s) mandato(s): biénio 2018/2019.
Data da deliberação: 2018-12-20.

Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

An. 1 - 20190219 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.
Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Maria Fernanda Marques Rolão Campos Garcia

c.6 AP. 90/20211014 20:15:27 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) SOCIAL(AIS) (ONLINE)

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: ROMÃO & VICENTE - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
NIF/NIPC: 510894321
Cargo: Efetivo, SROC n.º 295
Residência/Sede: Avenida 5 de Outubro, nº 85, 3º
1050 - 050 Lisboa

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: JUSTINO MENDES DOS SANTOS ROMÃO
NIF/NIPC: 125447779
Cargo: Suplente, ROC n.º379
Residência/Sede: Avenida 5 de Outubro, nº 85, 3º
1050 - 050 Lisboa

Prazo de duração do(s) mandato(s): Biénio 2020/2021
Data da deliberação: 14 de setembro de 2021

Conservatória do Registo Comercial Porto
O(A) Oficial de Registos, Maria Luisa Abreu

An. 1 - 20211020 - Publicado em http://publicacoes.mj.pt.
Conservatória do Registo Comercial Porto
O(A) Oficial de Registos, Maria Luisa Abreu

c.7 AP. 2/20231023 11:56:23 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) SOCIAL(AIS) E SECRETÁRIO (ONLINE)

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: JM RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS, SROC, LDA
NIF/NIPC: 514809833
Cargo: Efetivo repres. por Raúl Alberto S. S. Fernandes -ROC nº 901
Residência/Sede: Avª José Gomes Ferreira, nº 11, Sala 54
1495 - 139 Algés

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: VASCO RODRIGUES CARRIÇO DE OLIVEIRA
NIF/NIPC: 222359641
Residência/Sede: R. António Augusto Louro, nº 1, 2º dtº
2840 - 097 Paio Pires

Prazo de duração do(s) mandato(s): BIÉNIO de 2022/2023
Data da deliberação: 12/10/2023

Conservatória do Registo Predial/Comercial Almada
O(A) Conservador(a), Carla Cristina Marques Santos Costa Gonçalves

An. 1 - 20231107 - Publicado em http://publicacoes.mj.pt.
Conservatória do Registo Predial/Comercial Almada
O(A) Conservador(a), Carla Cristina Marques Santos Costa Gonçalves

Insc.8 AP. 111/20241107 11:27:32 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) SOCIAL(AIS) (ONLINE)

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: JM RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS, SROC, LDA
NIF/NIPC: 514809833

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO:

Nome/Firma: VASCO RODRIGUES CARRIÇO DE OLIVEIRA
NIF/NIPC: 222359641

Prazo de duração do(s) mandato(s): Biénio de 2024/2025
Data da deliberação: 2024-10-24

Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Carlos Manuel Santana Vidigal

An. 1 - 20250226 - Publicado em http://publicacoes.mj.pt.
Conservatória do Registo Comercial Lisboa
O(A) Conservador(a), Carlos Manuel Santana Vidigal

c.9 AP. 39/20241230 17:40:59 UTC - TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE POR QUOTAS E DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) SOCIAL(AIS) (ONLINE)

FIRMA: A. BRIDEL, UNIPESSOAL LDA
NIPC: 513373721
NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS
OBJECTO: Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, Investimento em aquisição, alienação, construção, administração, manutenção, gestão e arrendamento de bens imobiliários, condomínios e empreendimentos, prestação de serviços na área da construção civil e urbanização, e realização de todas as actividades de promoção relacionadas com o seu objecto, designadamente, a celebração de contratos de concessão de urbanização, a realização de projectos de loteamento, e projectos de especialidades, assim como a construção de obras de urbanização e, ainda, operações urbanísticas, de reparcelamento, e a respectiva comercialização.
CAPITAL : 52.000,00 Euros
Data de Encerramento do Exercício : 31 Dezembro

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 52.000,00 Euros

TITULAR: ABHEXT
NIF/NIPC: 980833108

Residência/Sede: [redacted]

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: Com a intervenção do gerente.

[redacted]

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Nome/Firma: ANTOINE HENRY BRIDEL
NIF/NIPC: 284564745
Nacionalidade: Francesa
Residência/Sede: [redacted]

Data da deliberação: 27 de novembro de 2024

A sócia está registada em França.

Conservatória do Registo Comercial Vila Nova de Gaia
O(A) Conservador(a), em substituição, Paula Cristina M Seabra

An. 1 - 20250509 - Publicado em http://publicacoes.mj.pt.
Conservatória do Registo Comercial Vila Nova de Gaia
O(A) Conservador(a), em substituição, Paula Cristina M Seabra

Menções de Depósito - Anotações

Menção **DEP 19431/2016-08-01 20:44:38 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**

Ano da Prestação de Contas: 2015 (2015-01-13 a 2015-12-31)

Requerente e Responsável pelo Registo: *A BRIDEL UNIPESSOAL LDA*
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20160801 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção **DEP 17272/2017-07-30 21:06:21 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**

Ano da Prestação de Contas: 2016 (2016-01-01 a 2016-12-31)

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas, Com Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, S.A.*
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20170730 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção **DEP 16801/2020-10-30 20:08:02 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**

Ano da Prestação de Contas: 2017 (2017-01-01 a 2017-12-31)

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, S.A.*
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20201030 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção	**DEP 16808/2020-10-30 20:08:31 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL** Ano da Prestação de Contas: 2019 (2019-01-01 a 2019-12-31) Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, S.A.* *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro* **An. 1 - 20201030 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes** *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
Menção	**DEP 16809/2020-10-30 20:08:31 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL** Ano da Prestação de Contas: 2018 (2018-01-01 a 2018-12-31) Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, S.A.* *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro* **An. 1 - 20201030 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes** *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
Menção	**DEP 796/2022-03-24 20:07:57 UTC - ACTUALIZAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL** Ano da Prestação de Contas: 2019 (2019-01-01 a 2019-12-31) Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Com Ênfases Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, S.A.* *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro* **An. 1 - 20220324 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes** *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
Menção	**DEP 797/2022-03-24 20:07:57 UTC - ACTUALIZAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL** Ano da Prestação de Contas: 2018 (2018-01-01 a 2018-12-31) Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Com Ênfases Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, S.A.* *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro* **An. 1 - 20220324 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes** *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
Menção	**DEP 14144/2024-10-09 19:36:12 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL** Ano da Prestação de Contas: 2023 (2023-01-01 a 2023-12-31) Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem reservas Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, S.A.* *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro* **An. 1 - 20241009 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes** *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
Menção	**DEP 14145/2024-10-09 19:36:13 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL** Ano da Prestação de Contas: 2022 (2022-01-01 a 2022-12-31) Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem reservas Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, S.A.* *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*

	Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro
	An. 1 - 20241009 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes
	Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro
Menção	**DEP 1218/2025-04-29 19:22:41 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**
	Ano da Prestação de Contas: 2021 (2021-01-01 a 2021-12-31)
	Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Com Ênfases
	Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, S.A.* *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
	An. 1 - 20250429 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes
	Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro
Menção	**DEP 1239/2025-04-29 19:29:03 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**
	Ano da Prestação de Contas: 2020 (2020-01-01 a 2020-12-31)
	Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem reservas
	Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, S.A.* *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
	An. 1 - 20250429 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes
	Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro
Menção	**DEP 12945/2026-10-17 19:10:52 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL**
	Ano da Prestação de Contas: 2024 (2024-01-01 a 2024-12-31)
	Requerente e Responsável pelo Registo: *A. BRIDEL, UNIPESSOAL LDA* *Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro*
	An. 1 - 20261017 - Publicado em http://publicacoes.mj.pt
	Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro
Menção	**DEP 12941/2026-10-17 19:10:54 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Anexo 4 – Estatutos da Sociedade Incorporante A. Bridel, Unipessoal Lda. actualmente em vigor

Annexe 4 – Statuts actuellement en vigueur de la Société absorbante A. Bridel, Unipessoal Lda.

PACTO SOCIAL ACTUALIZADO

DA SOCIEDADE A. BRIDEL, UNIPESSOAL, LDA.,

COM O NIPC 513373721

Artigo 1.º

Tipo e firma

1. A sociedade é comercial, adopta o tipo unipessoal por quotas e a firma A. BRIDEL, UNIPESSOAL LDA., e tem a sua sede na Rua Luciano Cordeiro, n.º 77, 6.º, 1150-213 Lisboa.

2. A sociedade tem o número de pessoa colectiva 513373721 e o número de identificação na segurança social 5133737216.

3. Por simples deliberação da gerência podem ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação no território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 2.º

Objecto

1. A sociedade tem por objecto: Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim; Investimento em aquisição, alienação, construção, administração, manutenção, gestão e arrendamento de bens imobiliários, condomínios e empreendimentos, prestação de serviços na área da construção civil e urbanização, e realização de todas as actividades de promoção relacionadas com o seu objecto, designadamente, a celebração de contratos de concessão de urbanização, a realização de projectos de loteamento, e projectos de especialidades, assim como a construção de obras de urbanização e, ainda, operações urbanísticas, de reparcelamento, e a respectiva comercialização.

2. A sociedade pode adquirir participações em sociedades com objecto diferente daquele que exerce, ou em sociedades reguladas por leis especiais, e integrar agrupamentos complementares de empresas.

[redacted]

Capital

O capital social da sociedade, integralmente realizado em numerário e em espécie, é de € 1.657.304,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quatro euros), representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente à sócia ABHExt, sociedade comercial de direito francês, matriculada no registo das sociedades comerciais francês com o número 820 003 002, R.C.S, Paris, com sede em 1, Rue Volney – 75002 Paris, com o número de pessoa colectiva 980833108.

Artigo 4.º

Prestações suplementares

1. É permitido ao sócio deliberar a realização de prestações suplementares até ao montante global de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros).

2. As prestações suplementares terão sempre dinheiro por objecto.

Artigo 5.º

Gerência

1. A administração e representação da sociedade fica a cargo de quem vier a ser nomeado gerente pelo sócio único.

2. A sociedade obriga-se com a intervenção de um gerente.

3. O sócio decidirá se a gerência é remunerada.

Artigo 6.º

Disposição transitória

Fica desde já nomeado gerente: a) ANTOINE HENRY BRIDEL, casado, residente em [redacted] contribuinte nº 284564745.

Lisboa, 15 de Abril de 2026

P'la sócia única da Sociedade

[redacted] Sociedade

_____

[redacted]

Anexo 5 – Extrat Kbis da Sociedade Incorporada ABHExt

Annexe 5 – Extrait Kbis de la Société Absorbée ABHExt

Greffe du Tribunal des Activités Économiques de Paris
1 QUAI DE LA CORSE
75198 PARIS CEDEX 04

Code de vérification : ec6QTMUZs9
https://controle.infogreffe.fr/controle

N° de gestion 2016B10265

Extrait Kbis

EXTRAIT D'IMMATRICULATION PRINCIPALE AU REGISTRE DU COMMERCE ET DES SOCIETES
à jour au 20 juillet 2026

IDENTIFICATION DE LA PERSONNE MORALE

Immatriculation au RCS, numéro	820 003 002 R.C.S. Paris
Date d'immatriculation	28/04/2016
Dénomination ou raison sociale	**ABHExt**
Forme juridique	Société par actions simplifiée (Société à associé unique)
Capital social	1 700 500,00 EUROS
Numéro d'identification Européen - EUID	FR7501.820003002
Adresse du siège	1 rue Volney 75002 Paris
Activités principales	Prise de toutes participations directs ou indirectes dans toutes entreprises commerciales, industrielles, financières ou autres, françaises ou étrangères, créées ou à créer, quelle que soit la nature juridique ou l'objet de ces entreprises.
Durée de la personne morale	Jusqu'au 27/04/2115
Date de clôture de l'exercice social	31 mars

GESTION, DIRECTION, ADMINISTRATION, CONTROLE, ASSOCIES OU MEMBRES

Président

Nom, prénoms	[redacted]
Date et lieu de naissance	
Nationalité	
Domicile personnel	

Commissaire aux comptes titu

Dénomination	
Forme juridique	
Adresse	2 rue Furtado 33800 Bordeaux
Immatriculation au RCS, numéro	403 357 734 Bordeaux

Commissaire aux comptes suppléant

Nom, prénoms	Errard Isabelle
Date et lieu de naissance	Le [redacted] à [redacted]
Nationalité	Française
Domicile personnel ou adresse professionnelle	[redacted]

RENSEIGNEMENTS RELATIFS A L'ACTIVITE ET A L'ETABLISSEMENT PRINCIPAL

Adresse de l'établissement	1 rue Volney 75002 Paris
Nom commercial	ABHExt
Enseigne	ABHExt
Activité(s) exercée(s)	Prise de toutes participations directes ou indirectes.
Date de commencement d'activité	31/03/2016
Origine du fonds ou de l'activité	Création

[redacted]

N° de gestion 2016B10265

Mode d'exploitation Exploitation directe

Le Greffier

[redacted]

FIN DE L'EXTRAIT

[redacted]



Anexo 6– Estatutos da Sociedade Incorporada actualmente em vigor ABHExt

Annexe 6 – Statuts actuellement en vigueur de la Société Absorbée ABHExt.

ABHExt
Société par actions simplifiée
Au capital de 500 euros
Siège social : 1, rue Volney – 75002 Paris
RCS Paris 820 003 002

STATUTS

(à jour des décisions de l'associé unique en date du 28 août 2018)

Certifiés conformes à l'original,

Par : Antoine Bridel, Président

TITRE I - FORME - OBJET - DENOMINATION - SIEGE SOCIAL - DUREE - EXERCICE SOCIAL

ARTICLE 1 - FORME

La société a été constituée ce jour sous forme de société par actions simplifiée à capital variable, régie par la législation et réglementation en vigueur applicables à cette forme sociale, ainsi que par les présents statuts (les « **Statuts** »).

La Société fonctionne indifféremment sous la même forme avec un ou plusieurs associés.

Elle ne peut procéder à une offre au public sous sa forme actuelle de société par actions simplifiée, mais peut procéder à des offres réservées à des investisseurs qualifiés ou à un cercle restreint d'investisseurs.

ARTICLE 2 - OBJET

La Société a pour objet, en France et hors de France :

- la prise de toutes participations directes ou indirectes dans toutes entreprises commerciales, industrielles, financières ou autres, françaises ou étrangères, créées ou à créer, quelle que soit la nature juridique ou l'objet de ces entreprises, par tout moyen, et notamment par voie de création, d'apport, de souscription, d'échange ou d'achat d'actions, de valeurs mobilières ou de parts sociales, de fusion, de société en participation ou de groupement, ou autrement ;
- la gestion de ses participations ;
- la prestation de conseils et d'assistance, notamment en matière technique, administrative, comptable, financière, ou de gestion, et
- généralement, toutes opérations financières, commerciales, industrielles, civiles, mobilières et immobilières pouvant se rattacher directement ou indirectement à l'objet social ci-dessus ou à tous objets similaires ou connexes, de nature à favoriser directement ou indirectement le but poursuivi par la Société, son extension, son développement et son patrimoine social.

ARTICLE 3 - DENOMINATION

La dénomination de la Société est : « **ABHExt** »

Dans tous les actes, factures, annonces, publications et autres documents émanant de la Société, la dénomination sociale doit toujours être précédée ou suivie des mots écrits lisiblement «Société par actions simplifiée» ou des initiales «S.A.S» et de l'indication du montant du capital social.

ARTICLE 4 - SIEGE SOCIAL

Le siège social est fixé au 1, rue Volney – 75002 Paris.

Il pourra être transféré en tout autre endroit du même département par simple décision de l'organe dirigeant, sous réserve de ratification par l'associé unique ou par la prochaine assemblée, et en

tout autre lieu suivant décision de l'associé unique ou décision collective extraordinaire des associés.

ARTICLE 5 - DUREE

La durée de la Société est fixée à quatre-vingt-dix-neuf (99) ans à compter de la date d'immatriculation au registre du commerce et des sociétés, sauf dissolution ou prorogation anticipée.

Les décisions de prorogation de la durée de la Société ou de dissolution anticipée sont prises par décision collective des associés.

Un an au moins avant la date d'expiration de la Société, l'organe dirigeant doit provoquer une réunion de l'assemblée générale extraordinaire des associés, s'ils sont plusieurs, ou convoquer l'associé unique, à l'effet de décider si la Société doit être prorogée. A défaut, tout associé peut demander au Président du Tribunal de Commerce, statuant sur requête, la désignation d'un mandataire de justice ayant pour mission de provoquer la consultation prévue ci-dessus.

ARTICLE 6 - EXERCICE SOCIAL

L'exercice social commence le 1er janvier et se termine le 31 décembre de chaque année.

Par exception, le premier exercice commencera à compter du jour de l'immatriculation de la société au Registre du Commerce et des Sociétés, pour finir le 31 décembre 2017.

TITRE II - APPORTS - CAPITAL SOCIAL

ARTICLE 7 - APPORTS

7.1 Lors de sa constitution, il a été fait apport à la Société d'une somme totale en numéraire de cinq cent euros (500 €), entièrement libérée.

La somme de 500 € a été déposée le 29 mars 2016 au crédit d'un compte ouvert au nom de la Société en formation établi par la Banque BCP SAS sis à [redacted]

7.2 Aux termes de décisions de l'Associé unique en date du 27 décembre 2016, le capital de la Société a été augmenté d'une somme en numéraire de 1.700.000 euros et s'est ainsi trouvé porté de 500 euros à 1.700.500 euros, par voie d'émission 170.000 actions nouvelles de 10 euros de valeur nominale chacune.

ARTICLE 8 - CAPITAL SOCIAL

Le capital social initial est fixé à la somme de un millions sept cent mille cinq cents euros (1.700.500 €).

Il est divisé en cent soixante-dix mille cinquante (170.050) actions de dix (10) euros chacune, entièrement libérées et de même catégorie.

[redacted]

ARTICLE 9 - COMPTES COURANTS

Les associés peuvent, dans le respect de la réglementation en vigueur, mettre à la disposition de la Société toutes sommes dont celle-ci peut avoir besoin sous forme d'avances en « Comptes courants ».

Les conditions et modalités de ces avances sont déterminées d'accord commun entre l'associé intéressé et l'organe dirigeant. Elles sont, le cas échéant, soumises à la procédure d'autorisation et de contrôle prévue par la loi.

ARTICLE 10 - MODIFICATIONS DU CAPITAL SOCIAL

10.1. Le capital social peut être augmenté par tous procédés et selon toutes modalités prévues par la loi. L'associé unique ou s'ils sont plusieurs associés, par décision collective, sont seuls compétents pour décider l'augmentation du capital sur le rapport du Président.

Les associés peuvent déléguer à l'organe dirigeant les pouvoirs nécessaires à l'effet de réaliser ou de décider, dans les conditions et délais prévus par la loi, l'augmentation ou la réduction du capital.

Les associés ont, proportionnellement au nombre d'actions qu'ils détiennent, un droit de préférence à la souscription des actions de numéraire émises pour réaliser une augmentation de capital, droit auquel ils peuvent renoncer à titre individuel. Si la collectivité des associés le décide expressément, ils bénéficient également d'un droit de souscription à titre réductible.

Le droit à l'attribution d'actions nouvelles, à la suite de l'incorporation au capital de réserves, bénéfices ou primes d'émission appartient au nu-propriétaire, sous réserve des droits de l'usufruitier.

10.2. La réduction du capital est autorisée ou décidée par la collectivité des associés ou par l'associé unique. Elle ne peut en aucun cas porter atteinte à l'égalité des associés.

10.3. Les décisions relatives aux modifications du capital social sont prises par la collectivité des associés ou par l'associé unique.

TITRE III - ACTIONS

ARTICLE 11 – LIBERATION DES ACTIONS

Les actions souscrites en numéraire doivent être obligatoirement libérées d'un quart au moins de leur valeur nominale lors de leur souscription et le cas échéant, de la totalité de la prime d'émission.

Les appels de fonds sont portés à la connaissance des associés par lettre recommandée adressée à chacun des associés quinze (15) jours au moins avant la date fixée pour chaque versement. Les versements sont effectués, soit au siège social, soit en tout autre endroit indiqué à cet effet.

Tout retard dans le versement des sommes dues sur le montant non libéré des actions entraîne, de plein droit et sans qu'il soit besoin de procéder à une formalité quelconque, le paiement d'un intérêt au taux légal majoré de trois points, à partir de la date d'exigibilité, sans préjudice des mesures d'exécution forcée prévues par la loi.

ARTICLE 12 – FORMES DES ACTIONS

Les actions sont obligatoirement nominatives.

Elles donnent lieu à une inscription en compte individuel dans les conditions et selon les modalités prévues par les dispositions législatives et réglementaires en vigueur.

ARTICLE 13 – INDIVISIBILITE DES ACTIONS

Les actions sont indivisibles à l'égard de la Société.

Les copropriétaires d'actions indivises sont tenus de se faire représenter auprès de la Société par un seul d'entre eux, ou par un mandataire unique de leur choix. A défaut d'accord entre eux sur le choix d'un mandataire, celui-ci est désigné par Ordonnance du Président du Tribunal de commerce statuant en référé à la demande du copropriétaire le plus diligent.

TITRE IV - CESSION - TRANSMISSION

ARTICLE 14 – CESSION ET TRANSMISSION DES ACTIONS

La propriété des actions résulte de leur inscription en compte individuel au nom du ou des titulaires sur les registres tenus à cet effet au siège social.

Les actions ne sont négociables qu'après l'immatriculation de la Société au Registre du Commerce et des Sociétés. En cas d'augmentation de capital, les actions sont négociables à compter de la réalisation définitive de celle-ci. Elles demeurent négociables jusqu'à la clôture de la liquidation.

La cession des actions s'opère, à l'égard des tiers et de la Société, par un ordre de mouvement signé du cédant ou de son mandataire. Ce mouvement est préalablement inscrit sur un registre coté et paraphé, tenu chronologiquement, dit « registre des mouvements ».

ARTICLE 15 – DROITS ET OBLIGATIONS ATTACHES AUX ACTIONS

Chaque action donne droit dans les bénéfices, l'actif social et le boni de liquidation, à une part déterminée par les présents statuts.

Elle donne en outre le droit au vote et à la représentation dans les délibérations, ainsi que le droit d'être informé sur la marche de la Société et d'obtenir communication de documents sociaux aux époques et dans les conditions prévues par les statuts.

Le droit de vote attaché aux actions de capital ou de jouissance est proportionnel à la quotité de capital qu'elles représentent, et chaque action donne droit à une voix.

Les associés ne sont responsables du passif social qu'à concurrence de leurs apports.

Les droits et obligations suivent l'action quel qu'en soit le titulaire. La cession comprend tous les dividendes échus et non payés et à échoir, ainsi éventuellement que la part dans les fonds de réserves, sauf dispositions contraires notifiées à la Société.

La propriété d'une action emporte de plein droit adhésion aux statuts de la Société et aux décisions des associés adoptées conformément à ceux-ci.

Chaque fois qu'il sera nécessaire de posséder un certain nombre d'actions pour exercer un droit quelconque, les propriétaires qui ne possèdent pas ce nombre auront à faire leur affaire personnelle du groupement, et éventuellement de l'achat ou de la vente, du nombre d'actions nécessaires.

Les héritiers, créanciers, ayants droits ou autres représentants d'un actionnaire ne peuvent, sous quelque prétexte que ce soit, requérir l'apposition des scellés sur les biens et documents sociaux, demander le partage ou la licitation de ces biens, ni s'immiscer dans l'administration de la Société. Ils doivent, pour l'exercice de leurs droits, s'en rapporter aux inventaires sociaux et aux décisions de la collectivité des associés.

TITRE V - ADMINISTRATION DE LA SOCIETE

ARTICLE 16 - PRESIDENT DE LA SOCIETE

La Société est représentée, dirigée et administrée par un Président, personne physique ou morale, associé ou non associé de la Société.

16.1 Désignation

Le Président est désigné pour une durée déterminée ou non par l'associé unique ou la collectivité des associés qui fixe son éventuelle rémunération.

16.2 Cessation des fonctions

Le Président peut démissionner sans avoir à justifier de sa décision à la condition de notifier celle-ci à l'associé unique ou à la collectivité des associés, par lettre recommandée adressée un (1) mois avant la date de prise d'effet de cette décision.

L'associé unique ou la collectivité des associés, peut mettre fin à tout moment au mandat du Président. La révocation n'a pas à être motivée.

16.3 Pouvoirs

Le Président dirige la Société et la représente à l'égard des tiers. A ce titre, il est investi de tous les pouvoirs nécessaires pour agir en toutes circonstances au nom de la Société, dans la limite de l'objet social, des pouvoirs expressément dévolus par les dispositions légales et les présents statuts à l'associé unique ou à la collectivité des associés, et des limites de pouvoir figurant au Pacte.

Le Président peut, sous sa responsabilité, consentir toutes délégations de pouvoirs à tout tiers pour un ou plusieurs objets déterminés.

16.4 Rémunération

En contrepartie de l'exercice de ses fonctions, le Président peut percevoir une rémunération. Il a droit au remboursement de ses frais professionnels sur présentation de justificatifs.

La rémunération du Président est fixée par décision collective des associés prise dans les conditions de l'article 20 des statuts.

ARTICLE 17 - DIRECTEUR GENERAL

17.1 Désignation

Le Président peut donner mandat à une personne morale ou à une personne physique de l'assister en qualité de Directeur Général.

Le Directeur Général peut être rémunéré ou non. En particulier, il peut bénéficier d'un Contrat de travail au sein de la Société.

17.2 Durée des fonctions

La durée des fonctions du Directeur Général est fixée dans la décision de nomination sans que cette durée puisse excéder celle des fonctions du Président.

Toutefois, en cas de cessation des fonctions du Président, le Directeur Général reste en fonctions, sauf décision contraire des associés, jusqu'à la nomination du nouveau Président.

Le Directeur Général peut être révoqué à tout moment et sans qu'un juste motif soit nécessaire, par décision du Président. La révocation des fonctions de Directeur Général n'ouvre droit à aucune indemnité.

En outre, le Directeur Général est révoqué de plein droit dans les cas suivants :

- dissolution, mise en redressement, liquidation judiciaire ou interdiction de gestion du Directeur Général personne morale ;
- interdiction de diriger, gérer, administrer ou contrôler une entreprise ou une personne morale, incapacité ou faillite personnelle du Directeur Général personne physique.

17.3 Rémunération

La rémunération éventuelle du Directeur Général est fixée dans la décision de nomination, sauf pour la rémunération qui résulte de son éventuel Contrat de travail.

La fixation et la modification de la rémunération du Directeur Général constitue une convention réglementée soumise à la procédure prévue à l'article 18 des statuts.

17.4 Pouvoirs

Sauf limitation fixée par la décision de nomination ou par une décision ultérieure, le Directeur Général dispose des mêmes pouvoirs de direction que le Président.

Le Directeur Général dispose du pouvoir de représenter la Société à l'égard des tiers.

Il est précisé que la Société est engagée même par les actes du Directeur Général qui ne relèvent pas de l'objet social, sauf si elle apporte la preuve que le tiers avait connaissance du dépassement de l'objet social ou qu'il ne pouvait l'ignorer compte tenu des circonstances, la seule publication des statuts ne pouvant suffire à constituer cette preuve.

TITRE VI - CONVENTIONS ENTRE LA SOCIETE ET SES DIRIGEANTS - COMMISSAIRES AUX COMPTES

ARTICLE 18 - CONVENTIONS ENTRE LA SOCIETE ET SES DIRIGEANTS

Toute convention intervenant, directement ou par personne interposée entre la Société et son Président, l'un de ses dirigeants, son associé unique ou l'un de ses associés disposant d'une fraction des droits de vote supérieure à 10 % ou, s'il s'agit d'une société associée, la Société la contrôlant au sens de l'article L. 233-3 du Code de commerce doit être portée à la connaissance du président dans le mois de sa conclusion.

Le Président présente à l'associé unique ou aux associés un rapport sur la conclusion et l'exécution des conventions au cours de l'exercice écoulé. L'associé unique ou les associés statuent sur ce rapport lors de la décision statuant sur les comptes de cet exercice.

Les interdictions prévues à l'article L. 225-43 du Code de commerce s'appliquent au Président et aux dirigeants de la Société.

ARTICLE 19 – NOMINATION ET FONCTIONS DES COMMISSAIRES AUX COMPTES

L'associé unique, ou la collectivité des associés, désigne, lorsque cela est obligatoire en vertu des dispositions légales et réglementaires, pour la durée, dans les conditions et avec la mission fixée par la loi, notamment en ce qui concerne le contrôle des comptes sociaux, un ou plusieurs Commissaires aux comptes titulaires et un ou plusieurs Commissaires aux comptes suppléants.

Lorsque la désignation d'un Commissaire aux comptes titulaire et d'un Commissaire aux comptes suppléant demeure facultative, c'est à l'associé unique ou à la collectivité des associés, qu'il appartient de procéder à de telles désignations, si il ou elle le juge opportun.

En outre, la nomination d`un commissaire aux comptes pourra être demandée en justice par un ou plusieurs associés représentant au moins le dixième du capital.

Les Commissaires aux comptes doivent être invités à participer à toutes les décisions collectives dans les mêmes conditions que les associés.

TITRE VII - DÉCISIONS DES ASSOCIES

ARTICLE 20 – DECISIONS DE L'ASSOCIE UNIQUE

20.1 L'associé unique est seul compétent pour :

- approuver les comptes annuels et affecter le résultat ;
- nommer et révoquer le Président ;
- nommer les Commissaires aux comptes ;
- décider la transformation de la Société, une opération de fusion, de scission, d'augmentation, de réduction ou d'amortissement du capital ;
- modifier les statuts ;
- dissoudre la Société.

[redacted]

20.2 Forme des décisions

Les décisions unilatérales de l'associé unique sont répertoriées dans un registre coté et paraphé.

20.3 Information de l'associé unique

L'associé unique non Président, indépendamment de son droit d'information préalable à l'approbation annuelle des comptes, peut à toute époque, prendre connaissance au siège social des documents prévus par la loi et relatifs aux trois derniers exercices sociaux.

ARTICLE 21 – DECISIONS COLLECTIVES DES ASSOCIES

Les pouvoirs qui sont dévolus à la collectivité des associés sont exercés par l'associé unique dans le cadre d'une Société unipersonnelle.

21.1. Les associés délibérant collectivement sont seuls compétents pour prendre les décisions suivantes :

(a) Décisions collectives ordinaires

- nomination, renouvellement, révocation du Président, des Directeurs Généraux et des Directeurs Généraux Délégués ;
- fixation de la rémunération du Président, des Directeurs Généraux et des Directeurs Généraux Délégués ;
- nomination, renouvellement et révocation des Commissaires aux comptes ;
- approbation des comptes annuels et affectation des bénéfices ;
- dépôt de fonds en compte courant par les associés.

(b) Décisions collectives extraordinaires

- décisions modifiant les statuts et notamment les décisions suivantes :
- extension ou modification de l'objet social ;
- augmentation, réduction et amortissement du capital social ;
- fusion, scission, apport partiel d'actifs et dissolution ou liquidation de la Société;
- prorogation de la durée de la Société ;
- autorisation d'émission de toutes valeurs mobilières ;
- transformation de la Société ;
- agrément des cessions d'Actions.

Toute autre décision relève de la compétence du Président, ainsi que des Directeurs Généraux ou des Directeurs Généraux Délégués, si ces derniers disposent des mêmes pouvoirs que le Président.

21.2 Règles de majorité

Les décisions ordinaires sont prises à la majorité simple des voix dont disposent les associés présents ou représentés (la moitié des voix plus une).

Les décisions extraordinaires sont prises à la majorité renforcée des deux tiers (2/3) au moins des voix dont disposent les associés de la Société.

Le droit de vote attaché aux actions est proportionnel à la quotité du capital qu'elles représentent et chaque action donne droit à une voix sous réserve des dispositions de l'article 15, alinéa 3.

Par exception aux dispositions qui précèdent, les décisions collectives limitativement énumérées ci-après doivent être adoptées à l'unanimité des associés disposant du droit de vote :

- celles prévues par les dispositions légales ;

- les décisions ayant pour effet d'augmenter les engagements des associés, et notamment l'augmentation du capital par majoration du montant nominal des titres de capital autrement que par incorporation de réserves, bénéfices ou primes d'émission (article L. 225-130, al. 2 du Code de commerce).

21.3 Modalités des décisions collectives

Les décisions collectives sont prises sur convocation ou à l'initiative du Président.

Elles résultent de la réunion d'une assemblée ou d'une consultation des associés signée par tous les associés dont les modalités seront définies par le Président.

Elles peuvent également être prises par tous moyens de télécommunication électronique.

Pendant la période de liquidation de la Société, les décisions collectives sont prises sur convocation ou à l'initiative du Liquidateur.

Tout associé a le droit de participer aux décisions collectives, personnellement ou par mandataire, ou à distance, par voie électronique, dans les conditions prévues par la loi et les présents statuts, quel que soit le nombre d'actions qu'il possède. Il doit justifier de son identité et de l'inscription en compte de ses actions au jour de la décision collective trois jours ouvrés au moins avant la réunion de l'assemblée, à zéro heure, heure de Paris.

Toutefois, la Société prendra en considération, tous les transferts de propriété des titres qui pourront intervenir pendant ce délai de trois jours, pour autant que lesdits transferts lui soient notifiés au plus tard la veille de l'assemblée, à 15 heures, Heure de Paris.

21.4 Quorum

La collectivité des associés ne peut valablement délibérer sur première consultation que si les associés présents ou représentés possèdent au moins la moitié des actions ayant droit de vote. Sur deuxième consultation, la collectivité des associés ne peut valablement délibérer que si les associés présents ou représentés possèdent au moins le tiers (1/3) des actions ayant droit de vote.

21.5 Assemblées

Les associés se réunissent en assemblée sur convocation du Président au siège social ou en tout autre lieu mentionné dans la convocation.

Selon l'article L. 2323-67 du Code du travail, le Comité d'entreprise peut demander en justice la désignation d'un mandataire chargé de convoquer l'assemblée générale des associés en cas d'urgence.

La convocation est effectuée par tous moyens de communication écrite 8 jours au moins avant la date de la réunion. Elle indique l'ordre du jour.

Toutefois, l'assemblée peut se réunir sans délai si tous les associés y consentent.

L'assemblée est présidée par le Président ou, en son absence par un associé désigné par l'assemblée.

Les associés peuvent se faire représenter aux délibérations de l'assemblée par un autre associé ou par un tiers. Les pouvoirs peuvent être donnés par tous moyens écrits et notamment par télécopie.

En cas de vote à distance au moyen d'un formulaire de vote électronique, ou d'un vote par procuration donné par signature électronique, celui-ci s'exerce dans les conditions prévues par la réglementation en vigueur, soit sous la forme d'une signature électronique sécurisée au sens du

décret 2001-272 du 30 mars 2001, soit sous la forme d'un procédé fiable d'identification garantissant son lien avec l'acte auquel elle se rattache.

Le Président de Séance établit un procès-verbal des délibérations devant contenir les mentions prévues à l'article ci-après.

21.6 Procès-verbaux des décisions collectives

Les décisions collectives prises en assemblée doivent être constatées par écrit dans des procès-verbaux établis sur un registre spécial ou sur des feuilles mobiles numérotées. Les procès-verbaux sont signés par le Président de l'Assemblée et par les associés présents.

Les procès-verbaux doivent indiquer la date et le lieu de la réunion, les nom, prénoms et qualité du Président de Séance, l'identité des associés présents et représentés, les documents et informations communiqués préalablement aux associés, un résumé des débats, ainsi que le texte des résolutions mises aux voix et pour chaque résolution le sens du vote de chaque associé.

En cas de décision collective résultant du consentement unanime de tous les associés exprimé dans un acte, cet acte doit mentionner les documents et informations communiqués préalablement aux associés. Il est signé par tous les associés et retranscrit sur le registre spécial ou sur les feuilles mobiles numérotées visés ci-dessus.

21.7 Information préalable des associés

Quel que soit le mode de consultation, toute décision des associés doit avoir fait l'objet d'une information préalable comprenant tous les documents et informations permettant aux associés de se prononcer en connaissance de cause sur la ou les résolutions soumises à leur approbation.

Lorsque les décisions collectives doivent être prises en application de la loi sur le ou les rapports du Président et/ou des Commissaires aux comptes, si la société en est dotée, le ou les rapports doivent être communiqués aux associés 8 jours avant la date d'établissement du procès-verbal de la décision des associés.

Les associés peuvent à toute époque mais sous réserve de ne pas entraver la bonne marche de la Société, consulter au siège social, et, le cas échéant prendre copie, pour les trois derniers exercices, des registres sociaux, de l'inventaire et des comptes annuels, du tableau des résultats des cinq derniers exercices, des comptes consolidés, s'il y a lieu, des rapports de gestion du Président et des rapports des Commissaires aux comptes.

S'agissant de la décision collective statuant sur les comptes annuels, les associés peuvent obtenir communication aux frais de la Société des comptes annuels et, le cas échéant, des comptes consolidés du dernier exercice.

ARTICLE 22 - DROIT DE COMMUNICATION DES ASSOCIES

Le droit de communication des associés, la nature des documents mis à leur disposition et les modalités de leur mise à disposition ou de leur envoi s'exercent dans les conditions prévues par les dispositions légales et réglementaires.

TITRE VIII - COMPTES ANNUELS - AFFECTATION DES RESULTATS

ARTICLE 23 – INVENTAIRE – COMPTES ANNUELS

A la clôture de chaque exercice, l'organe dirigeant dresse l'inventaire des divers éléments de l'actif et du passif existant à cette date et établit les comptes annuels comprenant le bilan, le compte de résultat et l'annexe.

Il établit également un rapport sur la gestion de la Société pendant l'exercice écoulé.

L'associé unique ou les associés si la société en compte plusieurs approuve les comptes annuels, après rapport du Commissaire aux comptes, si la société en est dotée, dans le délai de six mois à compter de la clôture de l'exercice.

ARTICLE 24 - AFFECTATION ET REPARTITION DES RESULTATS

24.1 Associé unique

Le bénéfice distribuable est constitué par le bénéfice de l'exercice diminué, le cas échéant, des pertes antérieures ainsi que des sommes nécessaires aux dotations de la réserve légale, des réserves statutaires et augmenté du report bénéficiaire.

Sur le bénéfice distribuable, il est prélevé tout d'abord toute somme que l'associé unique décidera de reporter à nouveau sur l'exercice suivant ou d'affecter à la création de tous fonds de réserve extraordinaire, de prévoyance ou autre avec une affectation spéciale ou non. Le surplus est attribué à l'associé unique.

L'associé unique peut décider d'opter, pour tout ou partie du dividende mis en distribution, entre le paiement du dividende en numéraire ou en actions émises par la Société, ceci aux conditions fixées ou autorisées par la loi.

24.2 Pluralité d'associés

24.2.1. Toute action en l'absence de catégorie d'actions ou toute action d'une même catégorie dans le cas contraire, donne droit à une part nette proportionnelle à la quote-part du capital qu'elle représente, dans les bénéfices et réserves ou dans l'actif social, au cours de l'existence de la Société comme en cas de liquidation.

Chaque action supporte les pertes sociales dans les mêmes proportions.

24.2.2. Après approbation des comptes et constatation de l'existence d'un bénéfice distribuable, la collectivité des associés décide sa distribution, en totalité ou en partie, ou son affectation à un ou plusieurs postes de réserves dont elle règle l'affectation et l'emploi.

24.2.3. La collectivité des associés peut décider la mise en distribution de toute somme prélevée sur le report à nouveau bénéficiaire ou sur les réserves disponibles en indiquant expressément les postes de réserves sur lesquels ces prélèvements sont effectués. Toutefois, les dividendes sont prélevés par priorité sur le bénéfice distribuable de l'exercice.

La décision de la collectivité des associés ou, à défaut, le Président, fixe les modalités de paiement des dividendes.

TITRE IX – TRANSFORMATION – LIQUIDATION - DISSOLUTION

ARTICLE 25 – CAPITAUX PROPRES INFERIEURS A LA MOITIE DU CAPITAL SOCIAL

Si, du fait des pertes constatées dans les documents comptables, les capitaux propres de la Société deviennent inférieurs à la moitié du capital social, le Président est tenu, dans les quatre (4) mois qui suivent l'approbation des comptes ayant fait apparaître ces pertes, de consulter la collectivité des associés, à l'effet de décider s'il y a lieu à dissolution anticipée de la Société.

Si la dissolution n'est pas prononcée, le capital doit être, sous réserve des dispositions légales relatives au capital minimum dans les sociétés par actions simplifiées, et dans le délai fixé par l'article L. 225-248 du Code de commerce, réduit d'un montant égal à celui des pertes qui n'ont pu être imputées sur les réserves si, dans ce délai, les capitaux propres ne sont pas redevenus au moins égaux à la moitié du capital social.

Dans tous les cas, la décision de l'associé unique ou de la collectivité des associés doit être publiée dans les conditions légales et réglementaires.

En cas d'inobservation de ces prescriptions, tout intéressé peut demander en justice la dissolution de la Société. Il en est de même si la collectivité des associés n'a pu délibérer valablement.

Toutefois, le tribunal ne peut prononcer la dissolution si, au jour où il statue sur le fond, la régularisation a eu lieu.

ARTICLE 26 - TRANSFORMATION

La décision de transformation de la Société en société d'une autre forme est prise par une décision collective des associés sur le rapport des Commissaires aux comptes de la Société, lequel doit attester que le montant des capitaux propres est au moins égal au montant du capital social.

La transformation en société en nom collectif nécessite l'accord de tous les associés par exception aux dispositions de l'article 21.2 des statuts.

La transformation en société en commandite simple ou par actions est décidée dans les conditions prévues pour la modification des statuts et avec l'accord de tous les associés qui acceptent d'être commandités.

La transformation en société à responsabilité limitée est décidée dans les conditions prévues pour la modification des statuts des sociétés de cette forme.

ARTICLE 27 - DISSOLUTION - LIQUIDATION DE LA SOCIETE

La Société est dissoute dans les cas prévus par la loi ou en cas de dissolution anticipée décidée par décision de l'associé unique ou par décision collective des associés.

La décision de l'associé unique ou de la collectivité des associés qui constate ou décide la dissolution nomme un ou plusieurs Liquidateurs.

Le Liquidateur, ou chacun d'eux s'ils sont plusieurs, représente la Société. Il dispose des pouvoirs les plus étendus pour réaliser l'actif même à l'amiable. Il est habilité à payer les créanciers sociaux et à répartir le solde disponible entre les associés.

[redacted]

L'associé unique ou la collectivité des associés peut autoriser le Liquidateur à continuer les affaires sociales en cours et à en engager de nouvelles pour les seuls besoins de la liquidation.

Le produit net de la liquidation, après apurement du passif, est employé au remboursement intégral du capital libéré et non amorti des actions.

Le surplus, s'il en existe, est attribué l'associé unique ou est réparti entre les associés proportionnellement au nombre d'actions de chacun d'eux.

Les pertes, s'il en existe, sont supportées par l'associé unique ou par les associés jusqu'à concurrence du montant de leurs apports.

Si toutes les actions sont réunies en une seule main, la dissolution de la Société entraîne, lorsque l'associé unique est une personne morale, la transmission universelle du patrimoine à l'associé unique, sans qu'il y ait lieu à liquidation, conformément aux dispositions de l'article 1844-5 du Code civil.

TITRE X - POUVOIRS – CONTESTATIONS – DESIGNATION DES ORGANES SOCIAUX

ARTICLE 28- POUVOIRS

Tous pouvoirs sont conférés aux porteurs d'originaux, copies ou extraits certifiés conformes des présents statuts, à l'effet d'accomplir toutes formalités.

ARTICLE 29 - CONTESTATIONS

Toutes contestations susceptibles de surgir pendant la durée de la Société ou après sa dissolution pendant le cours des opérations de liquidation, soit entre les associés, les organes de gestion ou de contrôle et la Société, soit entre les associés eux-mêmes, relativement aux affaires sociales ou à l'exécution des dispositions statutaires, seront jugées conformément à la loi et soumises aux Tribunaux compétents.

[redacted]

Anexo 7 – Projecto de pacto social da Sociedade Incorporante após fusão

Annexe 7 – Projet de statuts de la Société Absorbante après fusion.

[redacted]

PROJECTO PACTO SOCIAL

DA SOCIEDADE A. BRIDEL, UNIPESSOAL, LDA.,

COM O NIPC 513373721

Artigo 1.º

Tipo e firma

1. A sociedade é comercial, adopta o tipo unipessoal por quotas e a firma A. BRIDEL, UNIPESSOAL LDA., e tem a sua sede na Rua Luciano Cordeiro, n.º 77, 6.º, 1150-213 Lisboa.
2. A sociedade tem o número de pessoa colectiva 513373721 e o número de identificação na segurança social 5133737216.
3. Por simples deliberação da gerência podem ser criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação no território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 2.º

Objecto

1. A sociedade tem por objecto: Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim; Investimento em aquisição, alienação, construção, administração, manutenção, gestão e arrendamento de bens imobiliários, condomínios e empreendimentos, prestação de serviços na área da construção civil e urbanização, e realização de todas as actividades de promoção relacionadas com o seu objecto, designadamente, a celebração de contratos de concessão de urbanização, a realização de projectos de loteamento, e projectos de especialidades, assim como a construção de obras de urbanização e, ainda, operações urbanísticas, de reparcelamento, e a respectiva comercialização.
2. A sociedade pode adquirir participações em sociedades com objecto diferente daquele que exerce, ou em sociedades reguladas por leis especiais, e integrar agrupamentos complementares de empresas.

Artigo 3.º

Capital

O capital social da sociedade, integralmente realizado em numerário e em espécie, é de € 1.657.304,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quatro euros), representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao sócio ANTOINE HENRY BRIDEL, casado, residente em [redacted] contribuinte nº 284564745.

[redacted]

Prestações suplementares

1. É permitido ao sócio deliberar a realização de prestações suplementares até ao montante global de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros).

2. As prestações suplementares terão sempre dinheiro por objecto.

Artigo 5.º

Gerência

1. A administração e representação da sociedade fica a cargo de quem vier a ser nomeado gerente pelo sócio único.

2. A sociedade obriga-se com a intervenção de um gerente.

3. O sócio decidirá se a gerência é remunerada.

Artigo 6.º

Disposição transitória

Fica desde já nomeado gerente: a) ANTOINE HENRY BRIDEL, casado, residente em [redacted] contribuinte nº 284564745.

Lisboa, 29 de Setembro de 2026

P'l Sociedade Incorporada)

qu a Sociedade

__ _____

(A